



Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL



Florianópolis



RIDE Grande Teresina



Sorocaba



RIDE Petrolina-Juazeiro



Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL



Florianópolis



Sorocaba



Ride Grande Teresina



Ride Petrolina-Juazeiro



Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas Brasileiras

SÉRIE ATLAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO NO BRASIL



Florianópolis



Sorocaba



Ride Grande Teresina



Ride Petrolina-Juazeiro



*Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.*



FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO
GOVERNO DE MINAS GERAIS



Brasília, 2017



Empoderando vidas.
Fortalecendo nações.



ipea Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
**PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO**



Publicado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Esta publicação é fruto de uma parceria entre o PNUD, o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a Fundação João Pinheiro.

© PNUD 2017
Impresso no Brasil

Realização

Ernesto Lozardo
Presidente do Ipea

Niky Fabiancic
Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e
Representante Residente do PNUD no Brasil

Didier Trebucq
Diretor de País do PNUD no Brasil

Roberto do Nascimento Rodrigues
Presidente da Fundação João Pinheiro

Supervisão

Constantino Cronemberger Mendes
Coordenador de Estudos em Desenvolvimento Urbano (Codur) – Ipea

Maristela Marques Baioni
Representante Residente Assistente para Programa do PNUD no Brasil

Marco Aurélio Costa
Coordenador da INCT Desenvolvimento Territorial e Políticas Públicas – Ipea

Maria Luiza de Aguiar Marques
Pesquisadora em Ciência e Tecnologia – FJP

Vanessa Gapriotti Nadalin
Técnica de Planejamento e Pesquisa – Ipea

Coordenação

Andréa Bolzon
Coordenadora do Relatório de Desenvolvimento Humano Nacional – PNUD

Bárbara Oliveira Marguti
Coordenadora Técnica do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – Ipea

Vera Scarpelli Castilho
Pesquisadora em Ciência e Tecnologia – FJP

Atlas do desenvolvimento humano nas regiões metropolitanas brasileiras

Florianópolis, Sorocaba, Ride Grande Teresina, Ride Petrolina-Juazeiro.
– Brasília : IPEA : PNUD : FJP, 2017.

54 p. : il., gráfs., mapas color. – (Série Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil)

ISBN: 978-85-7811-317-9

1. Desenvolvimento Humano. 2. Desigualdade Social. 3. Indicadores Sociais. 4. Políticas Públicas. 5. Governo Local. 6. Regiões Metropolitanas. I. Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. II. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada. III. Fundação João Pinheiro.

CDD 361.981

Equipe Técnica

Ipea
Betty Nogueira Rocha, Carlos Vinícius da Silva Pinto, Clayton Gurgel de Albuquerque, Rodrigo Luis Comini Curi, Sara Rebello Tavares.

PNUD
Gabriel Cabral de Miranda Vettorazzo, Nikolas de Camargo Pirani, Samantha Dotto Salve, Vanessa Gomes Zanella

FJP
Denise Helena França Marques Maia, Fernando Martins Prates, Mônica Galupo Fonseca Costa, Priscilla de Souza da Costa Pereira, Daniele Reis de Oliveira

Apoio institucional

Governo do estado de Santa Catarina

Agradecimentos

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)
Fundação Joaquim Nabuco (FJN)
Empresa Paulista de Planejamento Metropolitano S/A (Emplasa)
Secretaria de Estado do Planejamento (SPG)/Santa Catarina
Fundação Centro de Pesquisas Econômicas e Sociais do Piauí (Cepro)

Foto de Capa: Região Metropolitana de Florianópolis, Cedida pelo Governo do Estado de Santa Catarina.

Edição: Ipea

Primeira edição: Novembro 2017

Tiragem: 50 exemplares impressos

Impressão: Gráfica Natal Offset + Digital

Sumário

PREFÁCIO ERNESTO LOZARDO

PREFÁCIO NIKY FABIANCIC

PREFÁCIO ROBERTO NASCIMENTO

DESENVOLVIMENTO HUMANO

As Regiões Metropolitanas e o desenvolvimento humano9

Desenvolvimento humano 10

MEDINDO DESENVOLVIMENTO HUMANO:
O IDH E O IDHM

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) 10

As três dimensões do IDH 11

Adaptando o IDH 11

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM)

IDH Global 11

Como ler o IDHM 12

Histórico do IDHM 12

Por que o IDHM é importante 12

Como é calculado o IDHM 12

Ficha técnica

IDHM62

Dimensão Longevidade62

Vida longa e saudável62

Dimensão Educação63

Acesso ao conhecimento63

Dimensão Renda65

Padrão de vida65

Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)66



RM de Florianópolis

17



Ride da Grande Teresina

25



Ride de Petrolina-Juazeiro

33



RM de Sorocaba

41

Prefácio Ernesto Lozardo



Com o objetivo maior de oferecer à sociedade, de forma democrática e transparente, informações sociais e econômicas, foi lançada, em 2013, a primeira versão do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil. Desde então, a plataforma serve aos mais diversos atores da sociedade brasileira, como pesquisadores, estudantes, grupos da sociedade civil e gestores estaduais e federais que buscam melhor compreender o Brasil e os diferentes caminhos para a implementação de políticas públicas no país.

Como esperado, o lançamento do atlas não esgotou os avanços que viriam a seguir. Ao longo dos anos, além de uma progressiva expansão das informações disponíveis na plataforma para novas territorialidades, houve, também, um incremento para anos mais recentes e para desagregações por sexo, cor e situação de domicílio. Tais avanços tornam-se fundamentais, dada a velocidade da transformação socioeconômica que vivemos atualmente no Brasil. Nesse sentido, diante da centralidade inquestionável da dimensão metropolitana no país, essa publicação representa mais um desses progressos, disponibilizando os indicadores supracitados para quatro territorialidades antes não presentes na

plataforma: as regiões metropolitanas (RMs) de Florianópolis e de Sorocaba, bem como as Rides de Petrolina-Juazeiro e Grande Teresina.

A partir das informações divulgadas, foi possível perceber avanços de extrema importância no país, que passou de um nível de *muito baixo* desenvolvimento humano, em 1991, para um alto índice de desenvolvimento humano, em 2010. Esse fato representa desenvolvimentos nas áreas de saúde, educação, mercado de trabalho e renda no país. Tal como constatado em 2013, a publicação revela melhorias sociais e econômicas ocorridas nessas novas territorialidades. No entanto, apesar de se ter auferido considerável avanço nessas áreas, é preciso se atentar, também, às desigualdades ainda presentes no território brasileiro, sobretudo no que diz respeito às significativas diferenças, por exemplo, no nível de renda *per capita* e percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo entre as territorialidades em análise, segundo este trabalho.

Sendo assim, as diversas formas de análise do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) e dos indicadores presentes não só permitem um reconhecimento

necessário dos avanços do país, como revelam os espaços que ainda necessitam de maior atenção, especialmente no que tange ao desafio da manutenção dos progressos já conquistados. Portanto, essa publicação contribui de forma exemplar para o aperfeiçoamento das políticas públicas, fundamentais para a promoção do desenvolvimento do Brasil.

Ernesto Lozardo

Presidente do Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

Prefácio Niky Fabiancic



Uma nova agenda de desenvolvimento vem se desenhando no mundo desde 2015, quando o documento *Transformando nosso mundo: a agenda 2030 para o desenvolvimento sustentável*, adotado pela Assembleia Geral das Nações Unidas (Agnu), traçou as prioridades de desenvolvimento até 2030. Os dezessete Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e suas 169 metas evidenciam a complexidade dos desafios atuais do planeta, que impõem uma ação conjunta de parcerias sólidas.

Para tanto, alguns atores têm papel central na superação desses desafios. Temas como pobreza, moradia, infraestrutura, transporte, segurança, mudança do clima e saneamento, por exemplo, dependem cada vez mais das cidades e autoridades locais para serem implementados globalmente.

A Nova Agenda Urbana, adotada por 167 Estados-membros durante a III Conferência das Nações Unidas sobre Moradia e Desenvolvimento Urbano Sustentável (Habitat III), e que orientará a urbanização sustentável pelos próximos vinte anos, avançou com a ampla participação das autoridades locais no esforço global para alcançar os dezessete ODS da Agenda 2030.

Reconhecendo o protagonismo local, estabelecido pelo novo paradigma global de desenvolvimento, o Programa das

Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) vem fortalecendo suas capacidades de produção de dados e informações úteis para o aprimoramento da gestão pública e de outras iniciativas voltadas à melhoria de vida das pessoas. Sua principal ferramenta nesse campo, o *Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil*, vem disponibilizando periodicamente, e de forma amigável, acessível e transparente, dados de qualidade para gestores federais, estaduais e municipais, pesquisadores, sociedade civil, terceiro setor, setor privado e cidadãos, desde seu lançamento em 2013. Hoje a plataforma acumula 20,5 milhões de acessos.

Nessa nova etapa, mais de duzentos indicadores socioeconômicos, além do Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM), estão disponíveis para quatro novas regiões metropolitanas/Regiões Integradas de Desenvolvimento Econômico (RMs/Rides) – Sorocaba; Florianópolis; Grande Teresina; Juazeiro/Petrolina – e para cerca de novecentas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs), que essas localidades englobam. Com isso, os gestores têm a seu dispor um diagnóstico detalhado sobre a situação da demografia, da educação, da renda, do trabalho, da habitação, da vulnerabilidade, entre outros temas, para espaços humanos cada vez mais localizados, facilitando a focalização das políticas e aumentando a probabilidade de sua eficácia.

As informações deste volume reforçam a tendência de avanço nacional na maioria dos indicadores socioeconômicos do atlas desde o Censo Demográfico 1991 até o ano de 2010. Florianópolis ganha destaque, ocupando a primeira posição no *ranking* das 24 RMs/Rides estudadas.

Diante disso, o objetivo do PNUD é garantir que o caráter universal da agenda de desenvolvimento seja respeitado e que todos possam conviver em sociedades mais justas e igualitárias, em especial os grupos vulneráveis. Portanto, continuaremos a subsidiar a elaboração, a implementação, o monitoramento e a avaliação de políticas e de outras iniciativas que dependem de produção e uso de dados, disponibilizando informações confiáveis, atuais, desagregadas e acessíveis. As informações geradas permitem que o PNUD identifique e compartilhe práticas bem-sucedidas, auxiliando na focalização das políticas públicas e contribuindo para a diminuição das desigualdades territoriais, garantindo, assim, que ninguém seja deixado para trás no processo de desenvolvimento que se encaminha.

Niky Fabiancic

Coordenador Residente do Sistema das Nações Unidas no Brasil e Representante Residente do PNUD no Brasil

Prefácio Roberto Nascimento



Há mais de duas décadas, a Fundação João Pinheiro (FJP), em parceria com o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD) e com o Ipea, vem realizando um profícuo trabalho relacionado à construção e ao cálculo de indicadores que permitam observar, sob diferentes ângulos, o desenvolvimento humano no Brasil.

Em 2013, foi lançado o terceiro *Atlas de Desenvolvimento Humano* para os municípios brasileiros, contendo indicadores para os anos censitários de 1991, 2000 e 2010. A partir de 2014, foram disponibilizados os *Atlas das Regiões Metropolitanas*, com os mesmos indicadores do atlas dos municípios, calculados para áreas homogêneas dessas regiões para 2000 e 2010. Nesta linha, já foram disponibilizados estudos para vinte regiões do país. Este estudo aborda as regiões metropolitanas (RMs) de Florianópolis e Sorocaba e as Regiões Integradas de Desenvolvimento (Rides) de Teresina e de Juazeiro e Petrolina. Todos estes incorporados na plataforma <www.atlasbrasil.org.br>, que abriga a extensa base de dados gerada e oferece vários recursos de análise.

Os indicadores municipais mostram as desigualdades e carências no município, mas não permitem localizá-las em seu espaço. Os atlas para os grandes aglomerados urbanos avançam neste sentido, fornecendo um retrato mais nítido das carências e desigualdades existentes em seu território, onde se concentra grande parcela das populações estaduais e brasileira.

A parceria da FJP com o PNUD e o Ipea nesta empreitada muito nos engrandece, e nos proporciona um contínuo aprendizado. Corresponde a um reforço na direção do cumprimento de uma das competências da FJP, que é impulsionar a transformação de dados em informações e em instrumentos efetivos de conhecimento e subsídio para a formulação, o monitoramento e a avaliação das políticas públicas nas mais diversas áreas.

A exemplo das publicações anteriores, espera-se que este atlas seja de grande utilidade para gestores, professores, pesquisadores e estudantes e que se constitua, ademais, em um instrumento de empoderamento de uma sociedade que está cada dia mais atenta e participante.

Roberto Nascimento Rodrigues
Presidente da Fundação João Pinheiro

Novas Regiões Metropolitanas sob o Enfoque do Desenvolvimento Humano Municipal

Dando seguimento ao trabalho que permitiu, em 2014, disponibilizar mais de duzentos indicadores para recortes intramunicipais de vinte regiões metropolitanas (RMs) – entre as quais Brasília, Belo Horizonte, Curitiba, Manaus e Maceió –, esta publicação traz um retrato de outras quatro RMs: Florianópolis, no estado de Santa Catarina; Sorocaba, em São Paulo; e as Rides do polo Petrolina-Juazeiro (PE-BA), bem como da Grande Teresina (PI).

Mais uma vez, os dados confirmam os avanços nos indicadores socioeconômicos brasileiros entre 2000 e 2010. Os avanços mais expressivos deste período ocorreram na dimensão Educação: na Ride Petrolina-Juazeiro, o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) Educação avançou 8%. Na Ride da Grande Teresina avançou-se 7%. Nas RMs de Florianópolis e de Sorocaba, na mesma dimensão, avançou-se 4%.

Porém, a desigualdade em nível intrametropolitano persiste como realidade, revelando um quadro de injustiça social que acomete o país tanto na região Sudeste como na Nordeste. Dentro da mesma RM, a diferença em termos da esperança de vida ao nascer é de aproximadamente 8 anos, quer estejamos em Sorocaba/SP ou na Grande Teresina/PI-MA. Isso significa que a criança que nasce em uma área pobre da cidade, possivelmente viverá 8 anos a menos que aquela que nasce em um bairro mais rico.

Na dimensão da Educação, a análise da situação nas diversas Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) – conceito próximo ao de bairros – mostra um panorama igualmente impactante: enquanto em algumas áreas mais de 96% das pessoas com 18 anos ou mais possuem o ensino fundamental completo, em outras áreas esse percentual fica entre 39% e 18%, aproximadamente.

Se o indicador analisado é a renda per capita média mensal das pessoas, a situação de desigualdade também aparece de forma marcante. Nas áreas ricas, a renda mensal per capita supera os R\$ 5 mil, ficando entre R\$ 400 e R\$ 150 nas áreas menos favorecidas. Na Ride da Grande Teresina, essa renda é de pouco mais de R\$ 160 nas localidades com menor renda, e chega a mais de R\$ 3 mil nas localidades com maior renda. Na Ride de Juazeiro-Petrolina, a discrepância entre as menores e maiores rendas chega a mais de R\$ 2.500. A RM de Florianópolis apresenta as maiores rendas, sendo a mínima de R\$ 440 e a máxima de R\$ 5.300. Na RM de Sorocaba, essa renda é de pouco mais de R\$ 400 nas localidades com menor renda, e chega a mais de R\$ 3.500 mil nas localidades com maior renda.

Tanta diferença, em um contexto geral de melhoria expressiva dos indicadores sociais, é paradoxal. Isso reflete a complexidade de um país que vem fazendo muito para superar seus passivos históricos, mas que ainda padece com uma estrutura social injusta e desigual.

Esperança de vida ao nascer (2010)

RMs	UDHs	
	Menor valor (anos)	Maior valor (anos)
Florianópolis	72,68	78,40
Sorocaba	68,01	76,75
Ride - Petrolina-Juazeiro	67,28	74,11
Ride Grande Teresina	65,88	73,77

Percentual de pessoas de 18 anos ou mais com ensino fundamental completo (2010)

RMs	UDHs	
	Menor valor	Maior valor
Florianópolis	39,02	96,03
Sorocaba	28,21	89,57
Ride - Petrolina-Juazeiro	15,10	87,24
Ride Grande Teresina	18,47	87,22

Renda per capita média mensal (2010)

RMs	UDHs	
	Menor valor (R\$)	Maior valor (R\$)
Florianópolis	448,91	5344,52
Sorocaba	426,25	3575,90
Ride - Petrolina-Juazeiro	178,57	2749,55
Ride Grande Teresina	167,01	3322,57

Desenvolvimento humano

Desenvolvimento humano é o processo de ampliação das liberdades das pessoas com relação às suas capacidades e às oportunidades a seu dispor para que elas possam escolher a vida que desejam ter.

O processo de expansão das liberdades inclui as dinâmicas sociais, econômicas, políticas e ambientais necessárias para garantir uma variedade de oportunidades para as pessoas, bem como o ambiente propício para que cada uma exerça, na plenitude, seu potencial. Assim, o desenvolvimento humano deve ser centrado nas pessoas e na ampliação do seu bem-estar, entendido não como o acúmulo de riqueza e o aumento da renda, mas como a ampliação do escopo das escolhas e da capacidade e da liberdade de escolher. Nesta abordagem, a renda e a riqueza não são fins em si mesmas, mas meios para que as pessoas possam viver a vida que desejam.

O crescimento econômico de uma sociedade não se traduz automaticamente em qualidade de vida, e, muitas vezes, o que se observa é o reforço das desigualdades. É preciso que esse crescimento seja transformado em conquistas concretas para as pessoas: crianças mais saudáveis, educação universal e de qualidade, ampliação da participação política dos cidadãos, preservação ambiental, equilíbrio da renda e das oportunidades entre todas as pessoas, maior liberdade de expressão, entre outras. Assim, ao colocar as pessoas no centro da análise do bem-estar, a abordagem do desenvolvimento humano redefine a maneira como pensamos sobre e lidamos com o desenvolvimento – internacional, nacional e localmente.

Se as capacidades das pessoas são restringidas, assim são também suas oportunidades. Se uma jovem brasileira tem pouco acesso ao sistema educacional, ela deixa de aprender a ler e escrever, participa menos dos processos decisórios à sua volta, conhece menos sua realidade, encontra poucas oportunidades de trabalho, reivindica menos os seus direitos. Seu rol de escolhas fica limitado, e, conseqüentemente, suas capacidades não podem ser exercidas na plenitude. Da mesma forma, se um jovem brasileiro adoece e não recebe o tratamento adequado, isso pode impactar na sua capacidade de estudar ou trabalhar, ou mesmo limitar seus anos de vida e as coisas que ele poderia ser e fazer. Por isso é tão importante olhar para o cidadão de forma integrada.



MEDINDO DESENVOLVIMENTO HUMANO: IDH E IDHM

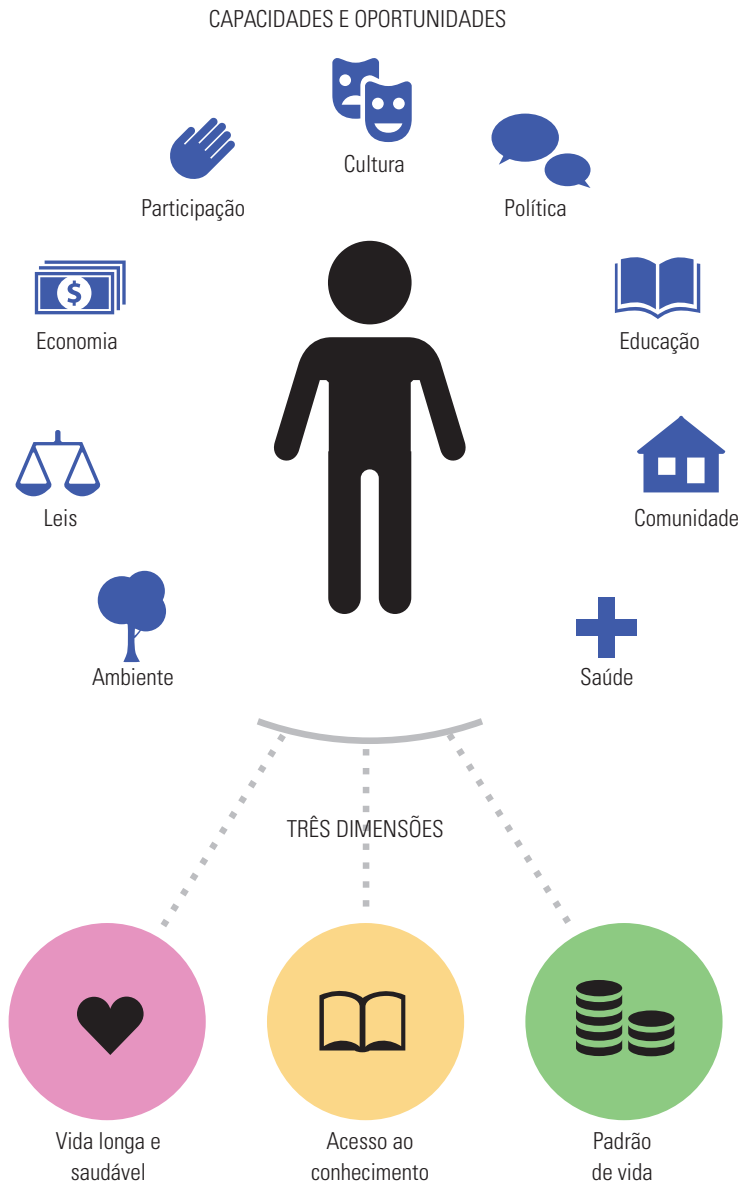
Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

O conceito de desenvolvimento humano, bem como sua medida, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), foram apresentados em 1990, no primeiro Relatório de Desenvolvimento Humano do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), idealizado pelo economista paquistanês Mahbub ul Haq, com a colaboração do economista Amartya Sen.

A popularização da abordagem de desenvolvimento humano se deu com a criação e adoção do IDH como medida do grau de desenvolvimento humano de um país, em alternativa ao Produto Interno Bruto (PIB) *per capita*, hegemônico, à época, como medida de desenvolvimento.

O IDH reúne três dos requisitos mais importantes para a expansão das liberdades das pessoas: oportunidade de se levar uma vida longa e saudável – saúde; de ter acesso ao conhecimento – educação; e de poder desfrutar de um padrão de vida digno – renda.

O IDH obteve grande repercussão mundial devido principalmente à sua simplicidade, fácil compreensão e pela forma mais holística e abrangente de mensurar o desenvolvimento. Transformando em um único número a complexidade de três importantes dimensões, o IDH tornou-se uma forma de compreensão e fomento da discussão e reflexão ampla sobre o significado do desenvolvimento humano para a sociedade.



As três dimensões do IDH

Na sua formulação clássica, o IDH é composto por três indicadores, que representam a oportunidade de uma sociedade de ter vidas longas e saudáveis, de ter acesso a conhecimento e de ter comando sobre os recursos de forma a garantir um padrão de vida digno. Por meio das duas primeiras dimensões, pretende-se avaliar a realização do bem-estar mediante a adoção de um estilo de vida resultante de escolhas livres e informadas, com o uso de habilidades e conhecimentos acumulados. Já o comando sobre recursos indica se esse processo se deu livre de privações das necessidades básicas, como as de água, alimento e moradia.



Vida longa e saudável (longevidade)

Ter uma vida longa e saudável é fundamental para a vida plena. A promoção do desenvolvimento humano requer que sejam ampliadas as oportunidades que as pessoas têm de evitar a morte prematura, e que seja garantido a elas um ambiente saudável, com acesso à saúde de qualidade, para que possam atingir o padrão mais elevado possível de saúde física e mental.



Acesso ao conhecimento (educação)

O acesso ao conhecimento é um determinante crítico para o bem-estar e é essencial para o exercício das liberdades individuais, da autonomia e da autoestima. A educação é fundamental para expandir as habilidades das pessoas para que elas possam decidir sobre seu futuro. Educação constrói confiança, confere dignidade e amplia os horizontes e as perspectivas de vida.



Padrão de vida (renda)

A renda é essencial para acessarmos necessidades básicas como água, comida e abrigo, mas também para podermos transcender essas necessidades rumo a uma vida de escolhas genuínas e exercício de liberdades. A renda é um meio para uma série de fins, possibilita nossa opção por alternativas disponíveis, e sua ausência pode limitar as oportunidades de vida.



Adaptando o IDH

A adaptação do IDH para níveis subnacionais tem sido praticada em diversos países, com vistas a adaptar a metodologia do IDH Global ao contexto nacional. O Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento encoraja os países a desenharem IDHs nacionais que utilizem indicadores mais adequados às suas necessidades. Os países são convidados a inovar, substituir ou adicionar novas dimensões aos componentes apresentados no IDH Global para IDHs subnacionais. Já foram alterados indicadores específicos do IDH ou criadas novas dimensões para este, tais como liberdade política, meio ambiente, segurança e trabalho, entre outras. Gâmbia, Argentina, China, Índia, África do Sul e Letônia estão entre os países que adaptam o IDH. No Brasil, essa adaptação é feita desde 1998.

Em 2012, o PNUD Brasil, o Ipea e a Fundação João Pinheiro (FJP) assumiram o desafio de adaptar a metodologia do IDH Global para calcular o IDH Municipal (IDHM) dos 5.565 municípios brasileiros. Esse cálculo foi realizado a partir das informações dos três últimos censos demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) – 1991, 2000 e 2010 – e conforme a malha municipal existente em 2010. Esse último requisito exigiu, para efeito de comparabilidade intertemporal, minucioso trabalho de compatibilização das malhas municipais existentes em 1991 e 2000 com a de 2010. Posterior ao IDHM dos municípios brasileiros, as três instituições assumiram o novo desafio de calcular o IDHM no âmbito intramunicipal das regiões metropolitanas do país – desta vez, para as Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs).

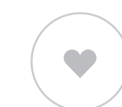
O IDHM brasileiro considera as mesmas três dimensões do IDH Global – longevidade, educação e renda –, mas vai além: adequa à metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios e regiões metropolitanas brasileiras.

Assim, o IDHM – incluindo seus três componentes, IDHM Longevidade, IDHM Educação e IDHM Renda – conta um pouco da história dos municípios, estados e Regiões Metropolitanas em três importantes dimensões do desenvolvimento humano durante duas décadas da história brasileira.

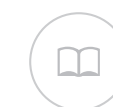
O Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil disponibiliza, ainda, além desses índices, mais de duzentos indicadores socioeconômicos, que permitem qualificar melhor e ampliar a análise do desenvolvimento humano nos municípios e regiões metropolitanas do país.

IDH Global

No Relatório de Desenvolvimento Humano Global de 2014, o PNUD apresentou o IDH de 187 países e territórios. A metodologia aplicada em 2014 para o IDH Global compreende quatro variáveis:



Na saúde, a variável é a esperança de vida ao nascer.



Na educação, é a combinação de duas variáveis – média de anos de estudo da população com 25 anos ou mais e anos esperados de escolaridade.



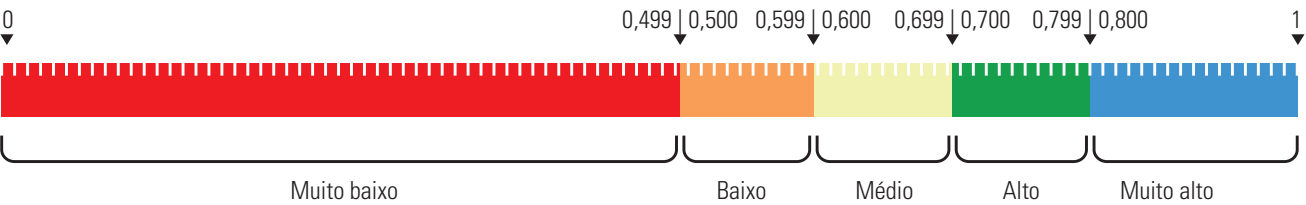
Na renda, a variável é a renda nacional bruta *per capita*.

No IDH Global do RDH 2014, as três dimensões têm o mesmo peso, e as faixas de desenvolvimento humano são fixas, sendo: *baixo* desenvolvimento humano menor que 0,550; *médio* desenvolvimento humano entre 0,550 e 0,699; *alto* desenvolvimento humano entre 0,700 e 0,799; e *muito alto* desenvolvimento humano acima de 0,800.

Como ler o IDHM

O IDHM é um número que varia entre 0 e 1. Quanto mais próximo de 1, maior o desenvolvimento humano de uma unidade federativa, município, região metropolitana ou UDH.

Faixas de desenvolvimento humano



Histórico do IDHM

Em 1998, o Brasil foi um dos países pioneiros ao adaptar e calcular um IDH subnacional para todos os municípios brasileiros, com dados do censo demográfico, criando o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal. Em 2003, uma nova edição trouxe a série histórica de 1991 a 2000 para todo o país.

O IDHM foi amplamente divulgado e utilizado por gestores, tomadores de decisão, formuladores de políticas e iniciativas voltadas ao desenvolvimento humano, nos setores público e privado. O índice é hoje uma referência nacional para a sociedade brasileira. É um dos casos de maior sucesso em todo o mundo na aplicação e disseminação do IDH no nível subnacional.

Por que o IDHM é importante



Contraponto ao PIB per capita

O IDHM populariza o conceito de desenvolvimento centrado nas pessoas, e não a visão de que desenvolvimento se limita a crescimento econômico.



Comparação entre municípios

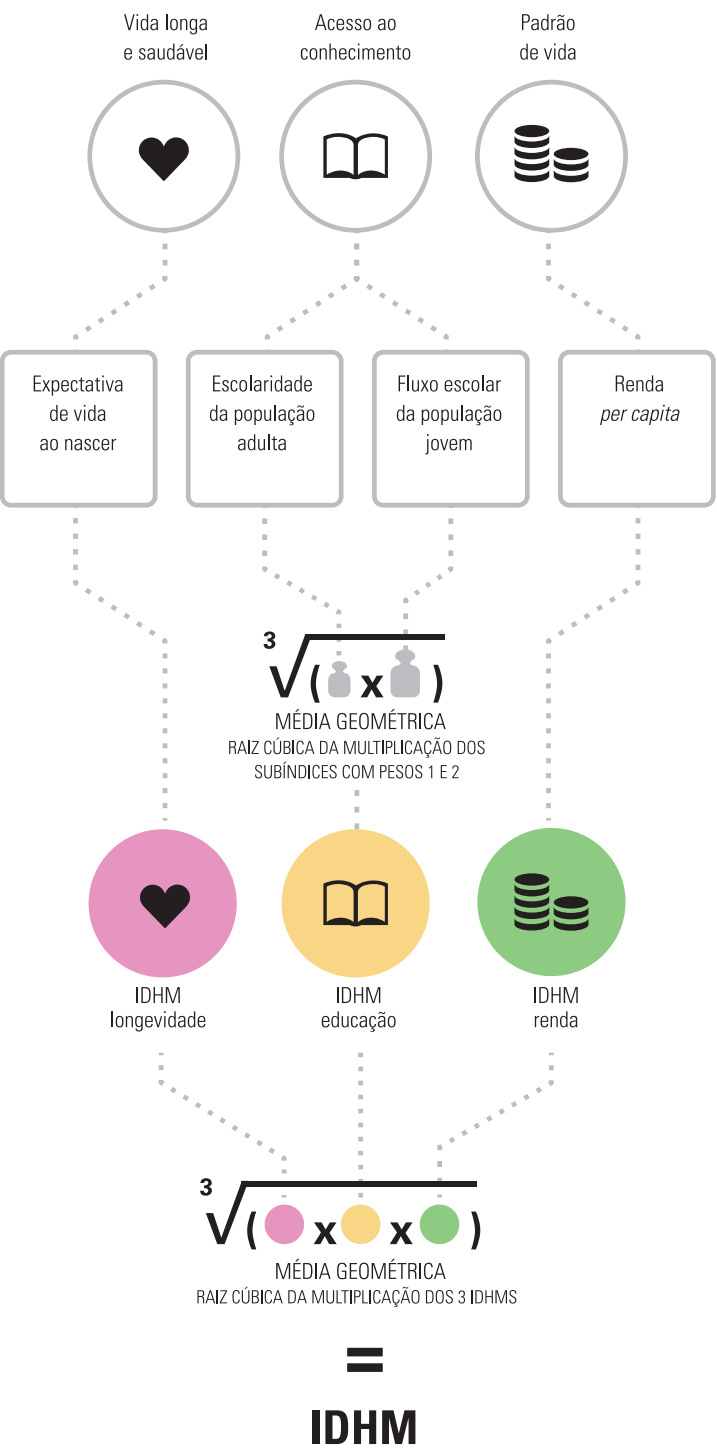
Ao sintetizar uma realidade complexa em um único número, o IDHM e seus três componentes viabilizam a comparação entre os municípios brasileiros e ao longo do tempo.



Estímulo à melhoria

O ranking do IDHM estimula formuladores e implementadores de políticas públicas no nível municipal a priorizar a melhoria da vida das pessoas em suas ações e decisões.

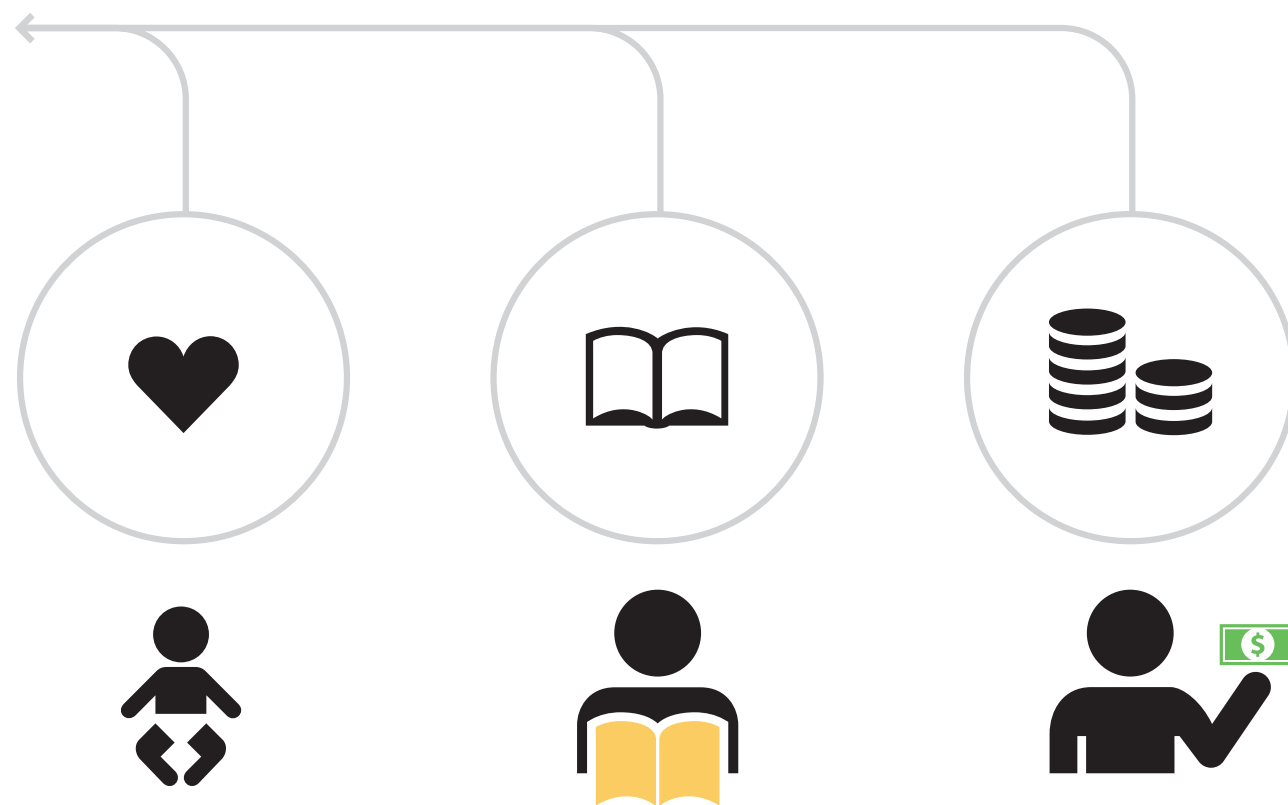
Como é calculado o IDHM



Embora inspirado pelo Índice de Desenvolvimento Humano Global, o IDHM possui ajustes para melhor se adequar à realidade brasileira, adaptando-se às bases de dados do censo e às características inatas do país. Por isso, não é possível realizar qualquer tipo de comparação entre o IDHM de uma Unidade da Federação (UF), região metropolitana ou município e o IDH de um país, por exemplo.

A construção da metodologia de cálculo do IDHM teve como objetivo adequar a metodologia do IDH Global para:

- ajustar a metodologia ao contexto brasileiro, buscando indicadores mais adequados para avaliar as condições de núcleos sociais menores; e
- adaptar a metodologia do IDH Global às informações disponíveis nos censos demográficos brasileiros, de forma a garantir, com a utilização de uma única fonte de dados, a comparabilidade entre todas as unidades federativas, municípios, regiões metropolitanas e UDHs.



Vida longa e saudável

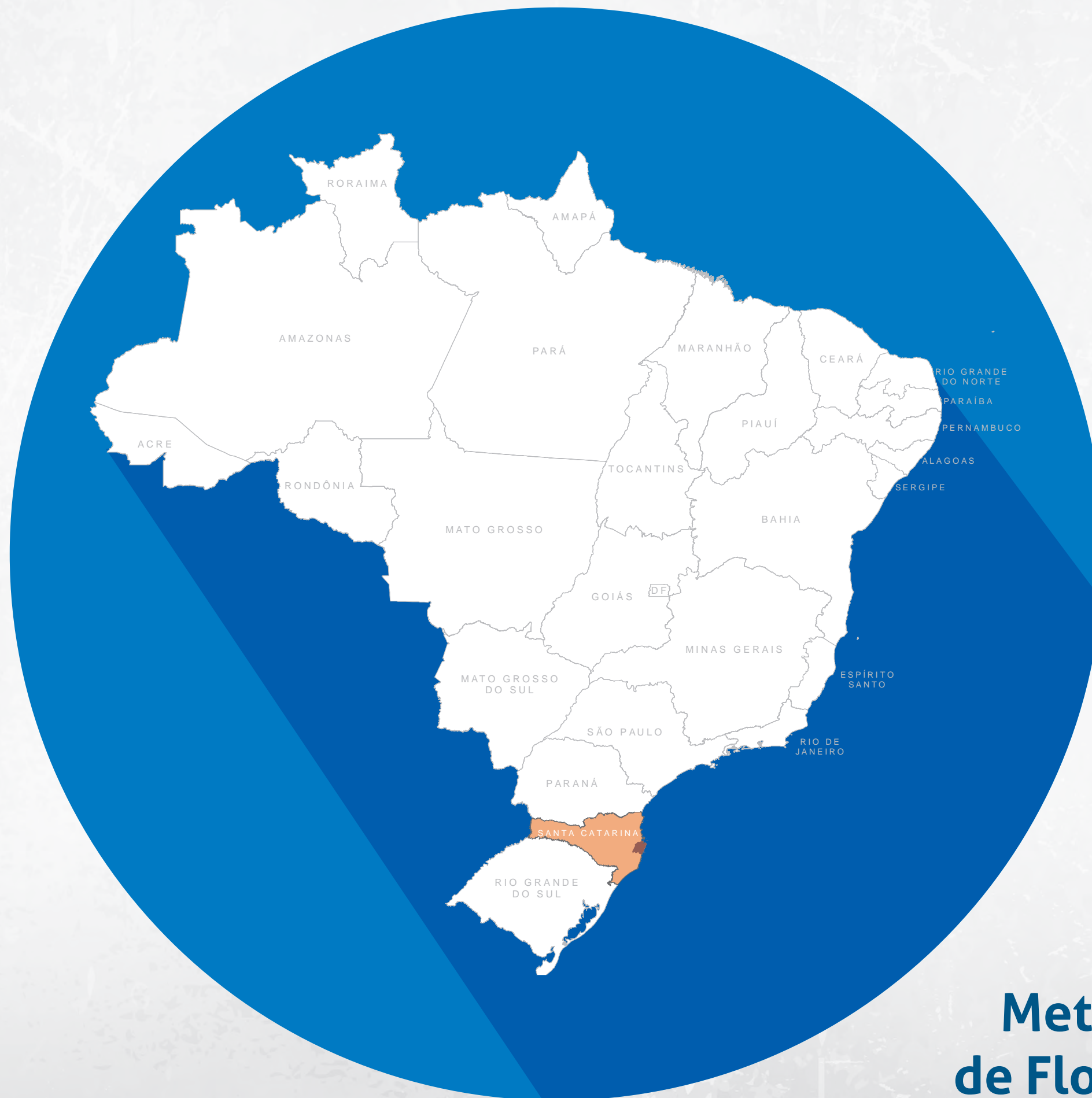
É medida pela expectativa de vida ao nascer, calculada por método indireto, a partir dos dados dos Censos Demográficos do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Esse indicador mostra o número médio de anos que uma pessoa nascida em determinado lugar viveria a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade.

Acesso a conhecimento

Considera, com peso 1, a escolaridade da população adulta, medida pelo percentual de pessoas de 18 anos ou mais de idade com ensino fundamental completo e, com peso 2, a adequação do fluxo escolar da população jovem, medida pela média aritmética do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola, do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental, do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo e do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo. A média geométrica desses dois componentes resulta no IDHM Educação. Os dados básicos são dos Censos Demográficos do IBGE.

Padrão de vida

É medido pela renda *per capita*, ou seja, pela renda média dos residentes daquela localidade. É a soma da renda de todos os residentes, inclusive daqueles sem registro de renda. Os dados básicos são dos Censos Demográficos do IBGE.



**Região
Metropolitana
de Florianópolis**

2000

População: 714.848 (13,3% do total estadual)

PIB: R\$ 5,35 bilhões (12,3% do total estadual)

Densidade demográfica: 95,75 hab./km²

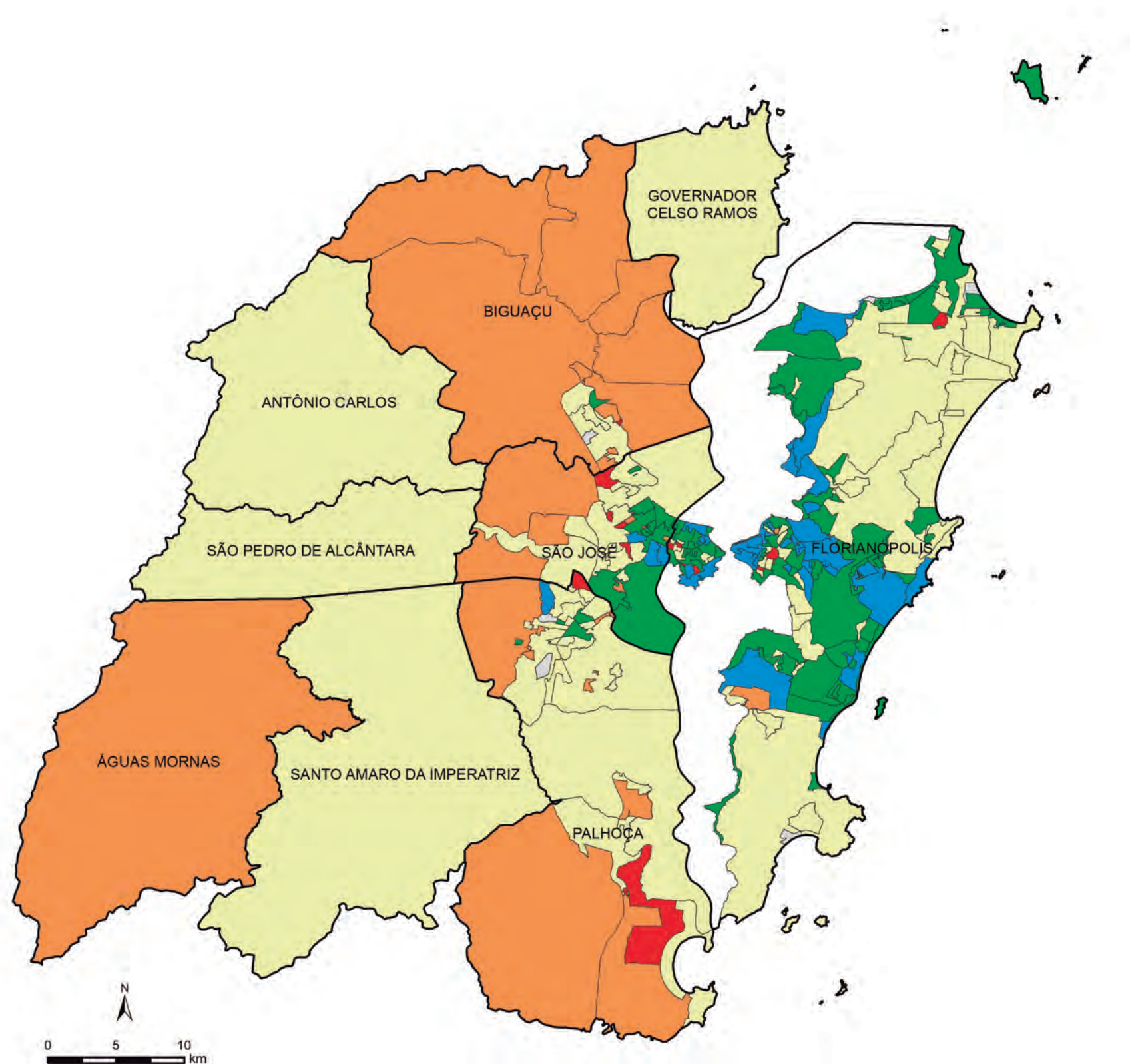
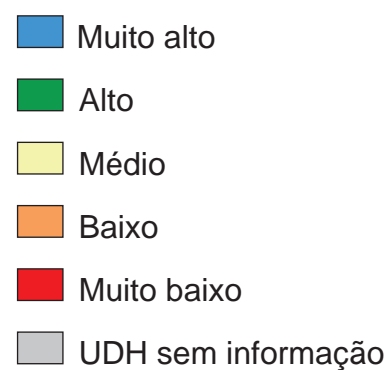
IDHM: 0,726

IDHM Educação: 0,595

IDHM Longevidade: 0,826

IDHM Renda: 0,780

IDHM da Região Metropolitana de Florianópolis



2010

População: 877.116 (14% do total estadual)

PIB: R\$ 18,7 bilhões (12,2% do total estadual)

Densidade demográfica: 117,48 hab./km²

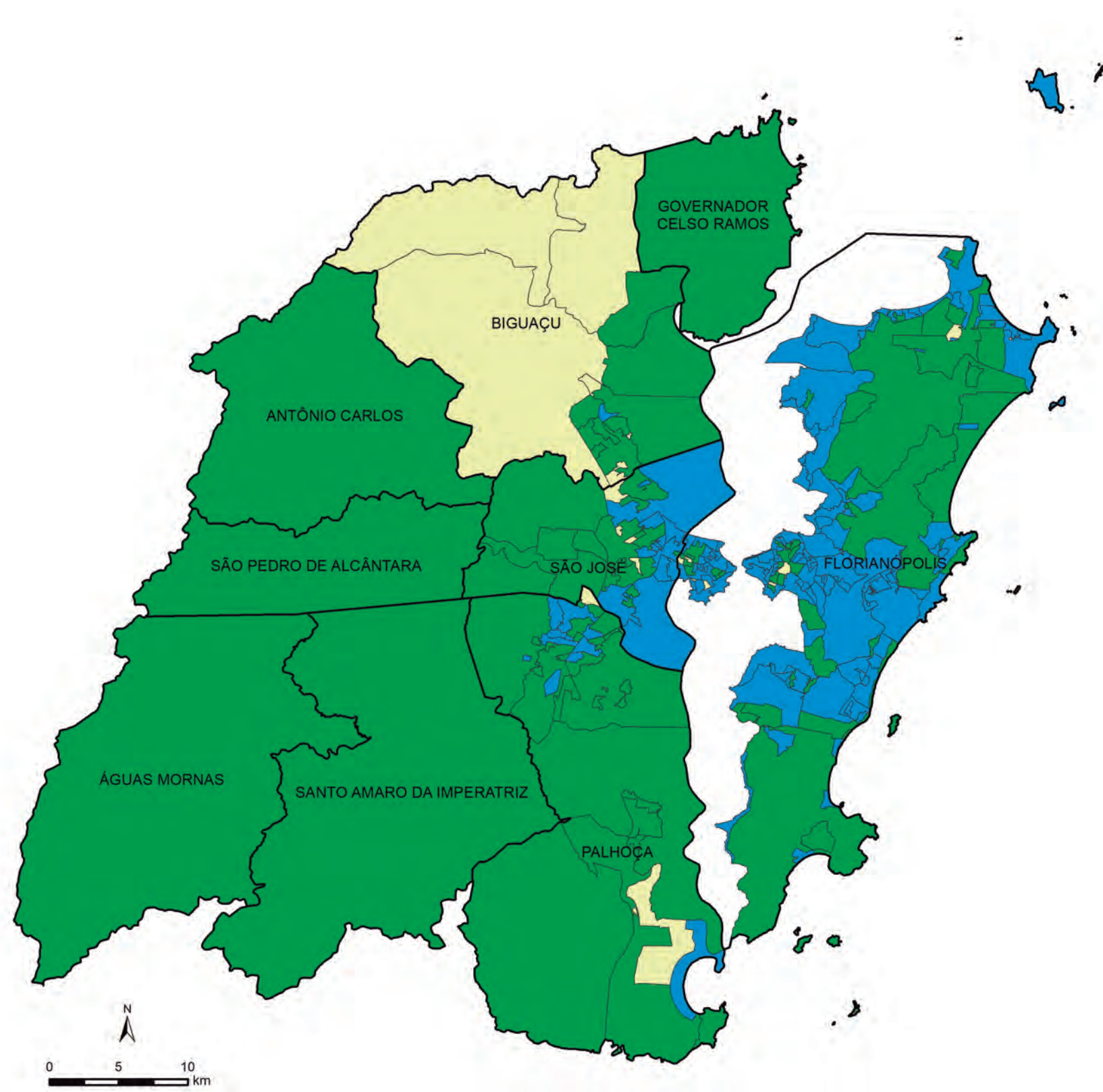
IDHM: 0,815

IDHM Educação: 0,752

IDHM Longevidade: 0,869

IDHM Renda: 0,827

IDHM da Região Metropolitana de Florianópolis



- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo
- UDH sem informação

RM de Florianópolis

Criada em 17 de dezembro de 2010 pela Lei Complementar Federal nº 523, a Região Metropolitana (RM) de Florianópolis é composta por nove municípios e possui área de 7.465,7 km².

Em 2010, a RM de Florianópolis possuía um grau de urbanização de 95,34%, somando 14% da população estadual. A população do município núcleo da RM correspondia, em 2010, a 48% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Florianópolis, entre 2000 e 2010, foi de 2,07% ao ano.

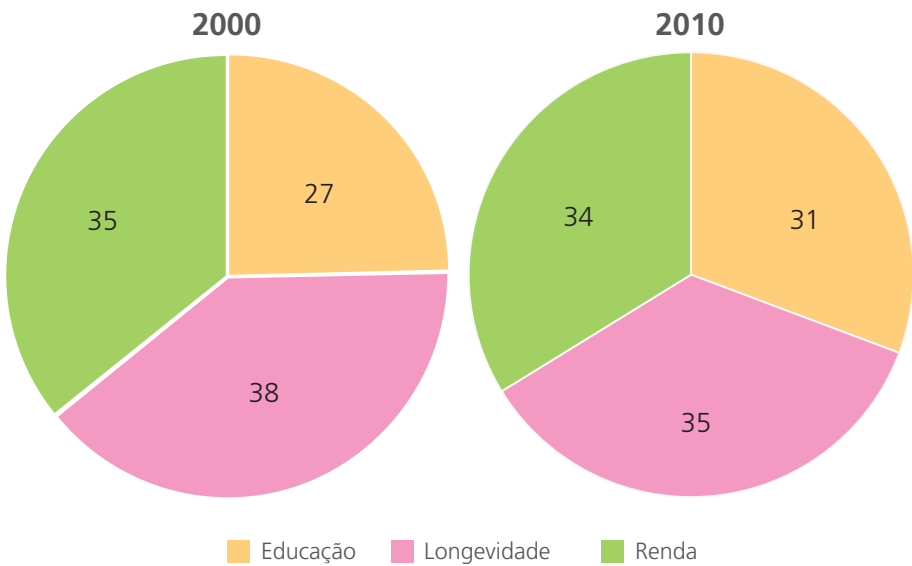
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

Em 2000, a RM de Florianópolis apresentava IDHM igual a 0,726, situando-se na faixa de *alto* desenvolvimento humano. Já em 2010, a RM apresentava IDHM de 0,815, passando para a faixa de *muito alto* desenvolvimento humano.

O IDHM Educação, em 2000, era 0,595, passando, em 2010, para 0,752. O IDHM Longevidade era de 0,826, e, em 2010, correspondeu a 0,869. Já o IDHM Renda era de 0,780, tendo passado para 0,827.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi a dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,157. A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM – RM de Florianópolis (2000 e 2010) (Em %)

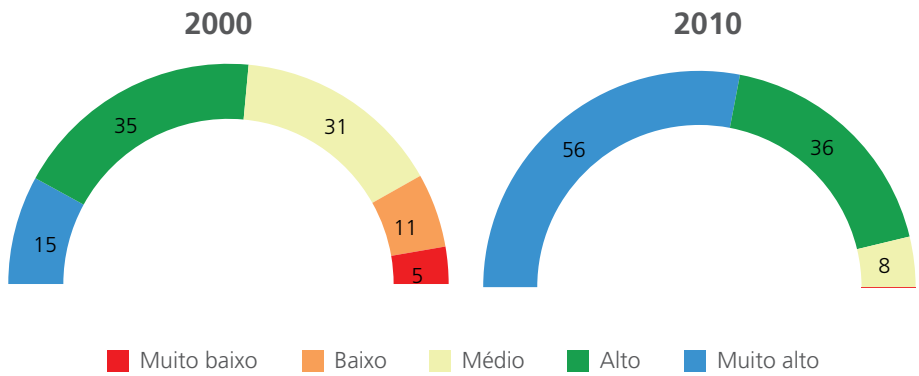


Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

Evolução do IDHM na RM de Florianópolis

Em 2000, 16% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da RM de Florianópolis encontravam-se na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano, enquanto 37% apresentava *alto* desenvolvimento humano. Em 2010, essas proporções corresponderam, respectivamente, a 56% e 36%. No mesmo período, o percentual de UDHs na faixa de *baixo* desenvolvimento humano passou de 11% para 0% e o percentual de UDHs na faixa de *muito baixo* desenvolvimento humano passou de 5% para 0%, conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição das UDHs segundo a faixa do IDHM – RM de Florianópolis (2000 e 2010) (Em %)

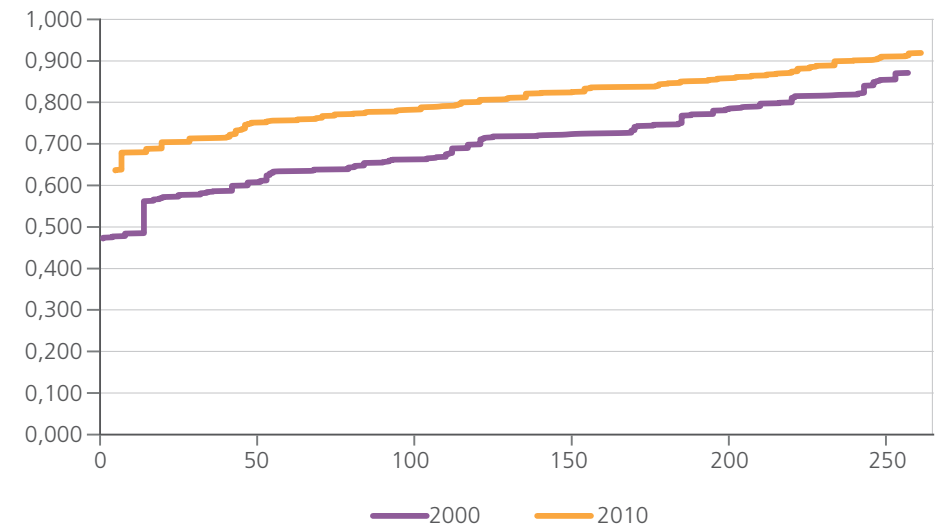


Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

O gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, há uma concentração das UDHs nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHs que apresentam os mais elevados índices e as UDHs que trazem os índices mais baixos.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM de Florianópolis para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010, em relação à curva de 2000, evidencia a retração da desigualdade entre as suas UDHs no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM – RM de Florianópolis (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

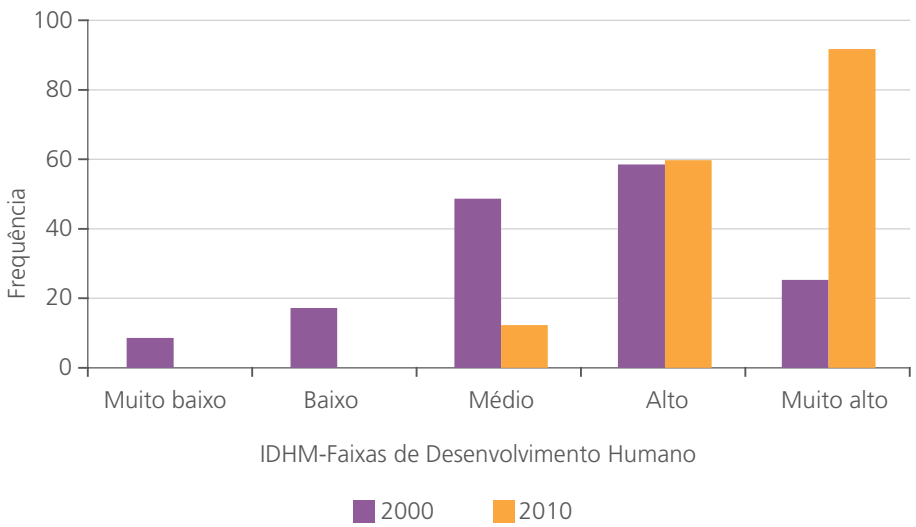
Os mais altos e os mais baixos IDHMs

Analisando a distribuição dos resultados do IDHM de 2000 da RM de Florianópolis, nota-se que grande parte das UDHS com valores mais altos de IDHM situam-se nas áreas centrais da ilha, especificamente no município de Florianópolis, enquanto a maior parte das UDHS que possuem os valores mais baixos de IDHM localizam-se na porção oeste da RM. As UDHS correspondentes às menores faixas de desenvolvimento humano concentram-se nos municípios de Palhoça e São José, além da capital Florianópolis.

No que tange ao IDHM de 2010, verifica-se o mesmo padrão de concentração de 2000 para as UDHS com valores mais altos de IDHM. Com a significativa melhora do indicador na RM, os valores de *médio* IDHM são encontrados em UDHS localizadas nos municípios do entorno de Florianópolis.

Ao observar o gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM de Florianópolis. No período 2000-2010, as UDHS com IDHM *baixo* e *muito baixo* passaram para a faixa de *médio* IDHM. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHS com IDHM *alto* e *muito alto*. O gráfico 4 sugere que a *performance* das UDHS da RM de Florianópolis melhorou no período.

Gráfico 4: Frequência das faixas de desenvolvimento humano – RM de Florianópolis (2000 e 2010)



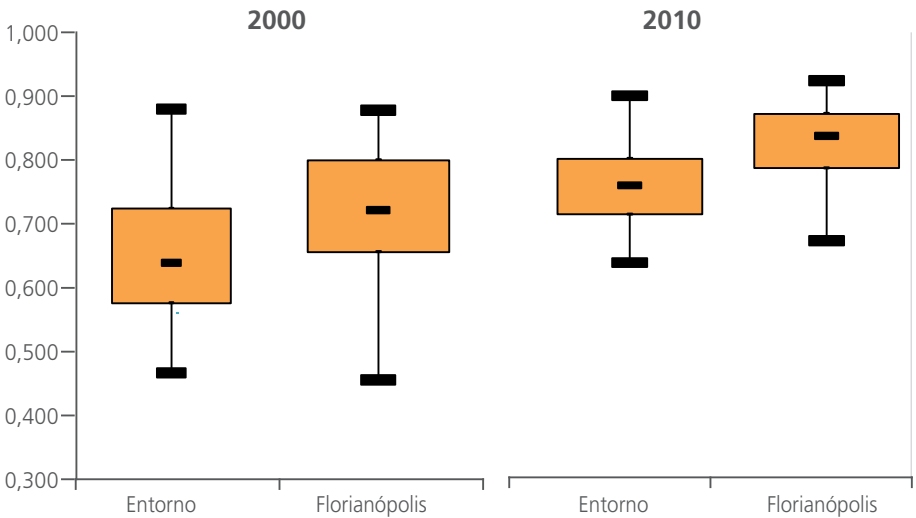
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

Desigualdade na RM de Florianópolis

Ao analisar o nível de desigualdade do IDHM entre as UDHS da RM de Florianópolis, percebe-se que, em termos absolutos, a diferença entre o menor e o maior IDHM, no ano de 2000, era de 0,399, caindo para 0,283 em 2010.

Em relação à variância desses índices, o gráfico 5 traz a distribuição e a concentração dos dados para o município núcleo da RM de Florianópolis e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico 5, como o entorno.

Gráfico 5: *Boxplot* do IDHM das UDHS – RM de Florianópolis (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

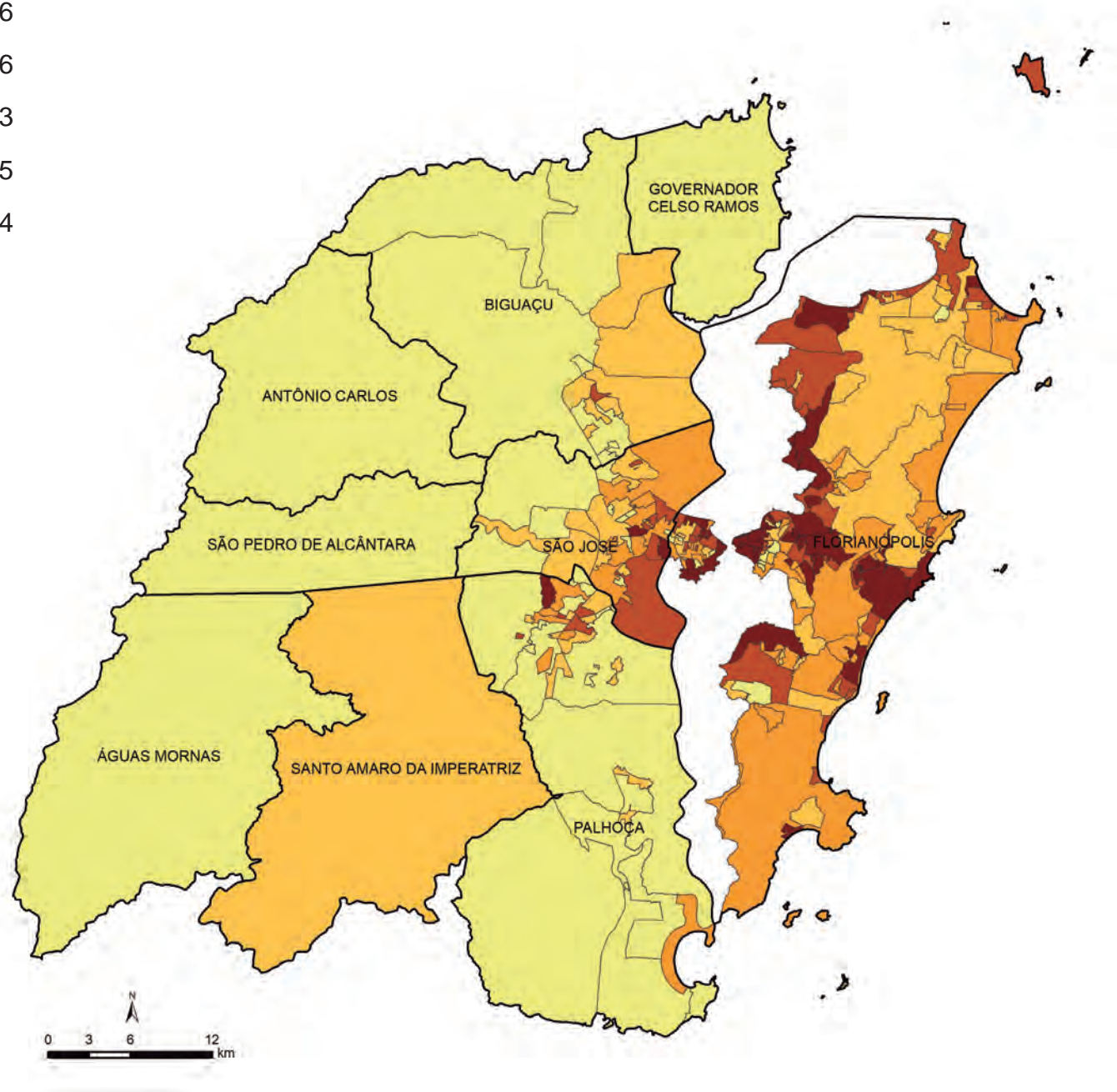
No caso do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,475 e 0,871, sendo que 65% das UDHs possuíam IDHM entre 0,712 e 0,871. Em 2010, o IDHM variava entre 0,680 e 0,919, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e pouco mais da metade das UDHs apresentavam índices entre 0,807 e 0,889. Houve, portanto, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, metade das UDHs possuíam IDHM entre 0,587 e 0,669. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,734 e 0,781. Nesses municípios, em 2000, o IDHM variou entre 0,472 e 0,818, ao passo que, em 2010, variou entre 0,636 e 0,903. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHs no período.

O maior avanço (crescimento absoluto) entre as UDHs dos municípios do entorno ocorreu na UDH Parque Estadual Serra do Tabuleiro/Enseada do Brito: Morro do Cedro/Encosta Morro do Cambirela no município de Palhoça, com amplitude de 0,174, enquanto para o município-núcleo a UDH Abraão: Creche Dona Cota foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 0,444. A mediana dos valores de IDHM verificada na capital apresenta uma evolução de 0,127. Apesar de partir de um patamar mais baixo, em 2000, a mediana do entorno apresenta maior evolução do que aquela verificada para o município-núcleo, igual a 0,139. A amplitude para o conjunto das UDHs reduziu-se menos nas UDHs dos municípios do entorno do que entre as UDHs do município-núcleo metropolitano.

Mapa de quintos (2010)

- 1º quinto • 0,636 - 0,706
- 2º quinto • 0,707 - 0,756
- 3º quinto • 0,757 - 0,793
- 4º quinto • 0,794 - 0,855
- 5º quinto • 0,856 - 0,954



Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Os maiores e os menores IDHMs da RM de Florianópolis (2010)

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Centro: Parque da Luz	0,919
Agronômica: Rua Padre Scharader	0,919
Centro: Avenida Beira Mar Norte/Praia de Fora	0,919
Cacupé: Orla Sesc	0,919
Centro: Av. Rio Branco/Parque da Luz/Av. Beira Mar Norte/Ilha dos Guarás/Beira Mar Continental/Pontes de Acesso à Ilha/Baía Norte e Baía Sul	0,913

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Saveiro: Orla	0,636
São Luiz: Morro do Avaí	0,636
Pedregal: Escola do Pedregal/Real Parque	0,636
Jardim Cidade de Florianópolis (Alto do Solemar)	0,636
Serraria: Loteamentos Boa Vista/José Nitro, Morar Bem e Zanelato	0,636
Brejarú/Favela Frei Damião/Área Industrial	0,638
Enseada do Brito: Morro dos Cavalos/Foz do Rio Maciambu/Passagem do Massiambu/Parque Estadual Serra do tabuleiro	0,638

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Santo Amaro da Imperatriz	0,890
Antônio Carlos	0,890
Governador Celso Ramos	0,870
Córrego Grande: Maciço da Costeira	0,865
Trindade Norte/Trindade Sul: Residencial Premonte	0,865
Trindade Norte: Condomínio Residencial Itambé	0,865
Armação do Pântano do Sul: Estrada Sertão do Peri	0,865
Manguezal do Rio Tavares/Sertão da Costeira: SC-405/Três Pistas/Costeira do Pirajubaé: Trevo da Seta	0,865
Costeira do Pirajubaé/Saco dos Limões	0,865
Morro da Cruz: Monte Serrat	0,865
Trindade Norte: Morro da Penitenciária	0,865
Agronômica: Morro do 25	0,865
Barra da Lagoa: Centrinho/Praia/Orla/Saída Canal da Barra	0,865
Ratones: Estrada Intendente Antônio Damasco	0,865
São João do Rio Vermelho/Muquém	0,865

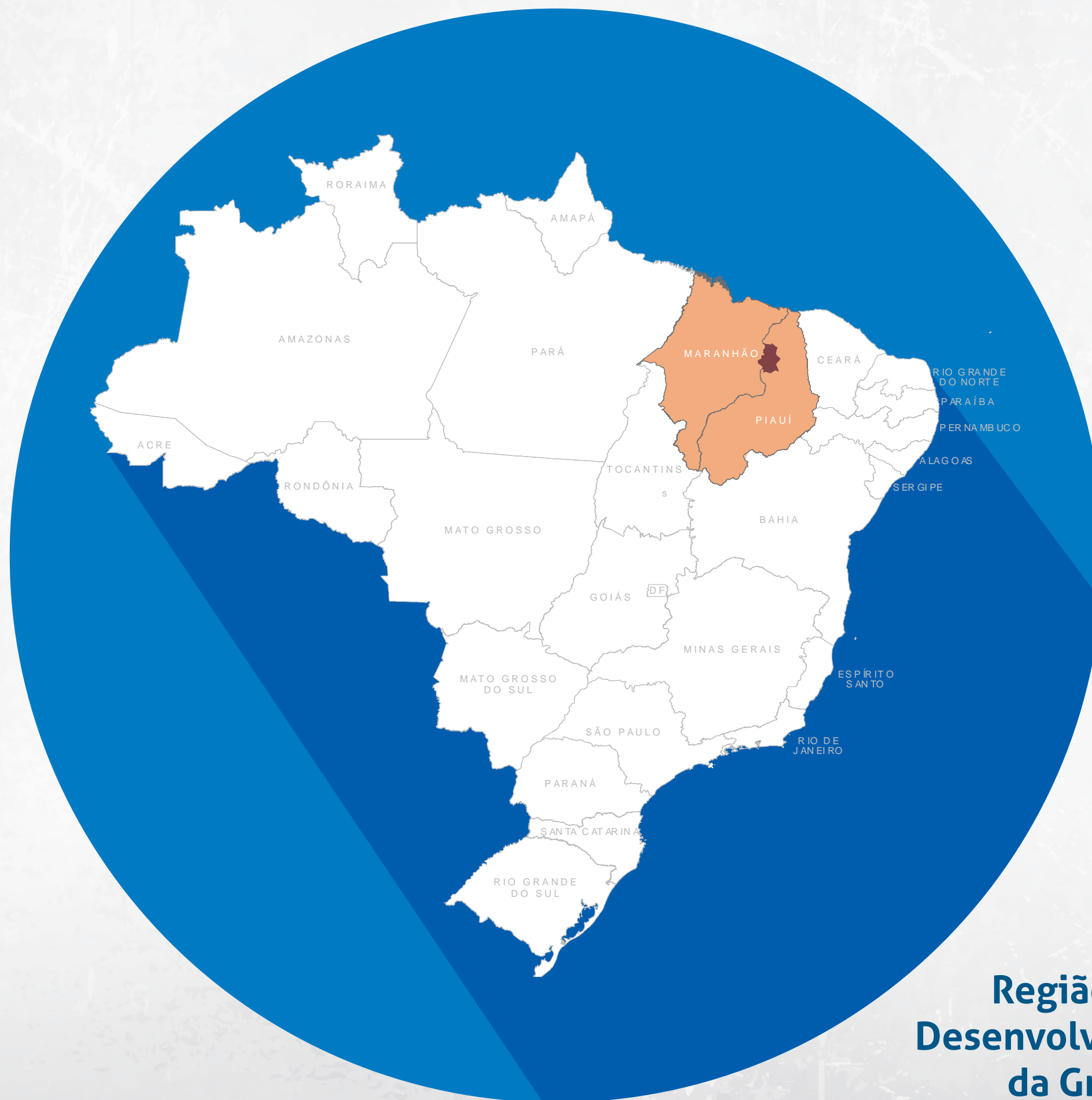
UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Universitário (Univali)/Rio Caveiras	0,795
Capoeiras: Morro da Caixa	0,795
Jardim Atlântico/Marinha: Coloninha	0,795
Jardim Cidade de Florianópolis (Central)/Bela Vista: Lago da Pedreira/Bistek/Barreiros	0,821

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Balneário dos Açores/Pântano do Sul	0,942
Pantanal: TV Band/Maciço da Costeira	0,942
Centro: Ticen/Centro Sul/Centro Histórico	0,942
Córrego Grande: Sertão do Córrego Grande/Poçoão	0,942
Estreito: Praça Nossa Senhora de Fátima/Caoa Hyunda	0,942
Trindade Norte: Titri	0,942

UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Saveiro: Orla	0,479
São Luiz: Morro do Avaí	0,479
Pedregal: Escola do Pedregal/Real Parque	0,479
Jardim Cidade de Florianópolis (Alto do Solemar)	0,479
Serraria: Loteamentos Boa Vista/José Nitro, Morar Bem e Zanelato	0,479
Brejarú/Favela Frei Damião/Área Industrial	0,479
Enseada do Brito: Morro dos Cavalos/Foz do Rio Maciambu/Passagem do Massiambu/Parque Estadual Serra do tabuleiro	0,479

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Centro: Parque da Luz	1,000
Agronômica: Rua Padre Scharader	1,000
Centro: Avenida Beira Mar Norte/Praia de Fora	1,000
Cacupé: Orla Sesc	1,000
Centro: Av. Rio Branco/Parque da Luz/Av. Beira Mar Norte/Ilha dos Guarás/Beira Mar Continental/Pontes de Acesso à Ilha/Baía Norte e Baía Sul	0,992
João Paulo/Saco Grande Oeste/Manguezal do Saco Grande/Cacupé	0,981
Trindade Sul/Carvoeira: Loteamento Tercasa	0,981
Lagoa da Conceição/Morro da Lagoa/Canto da Lagoa: Loteamento Village/LIC -Lagoa late Clube/Jardim Saulo Ramos	0,981
Córrego Grande: Residencial Ilha Formosa	0,981
Trindade Sul: Paula Ramos Esporte Clube	0,981
Trindade Norte: Condomínio Christianne Village	0,981
Ingleses do Rio Vermelho: Ingleses Norte /Praia dos Ingleses	0,981
Jurerê Internacional/Jurerê Oeste e Leste/Canasvieiras/Baía Norte/Ilha do Francês	0,981

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Saveiro: Orla	0,647
São Luiz: Morro do Avaí	0,647
Pedregal: Escola do Pedregal/Real Parque	0,647
Jardim Cidade de Florianópolis (Alto do Solemar)	0,647
Serraria: Loteamentos Boa Vista/José Nitro, Morar Bem e Zanelato	0,647
Brejarú/Favela Frei Damião/Área Industrial	0,647
Enseada do Brito: Morro dos Cavalos/Foz do Rio Maciambu/Passagem do Massiambu/Parque Estadual Serra do tabuleiro	0,647



**Região Integrada de
Desenvolvimento (Ride)
da Grande Teresina**

2000

População: 1.009.937

PIB: R\$ 3,23 bilhões

Densidade demográfica: 89,2 hab./km²

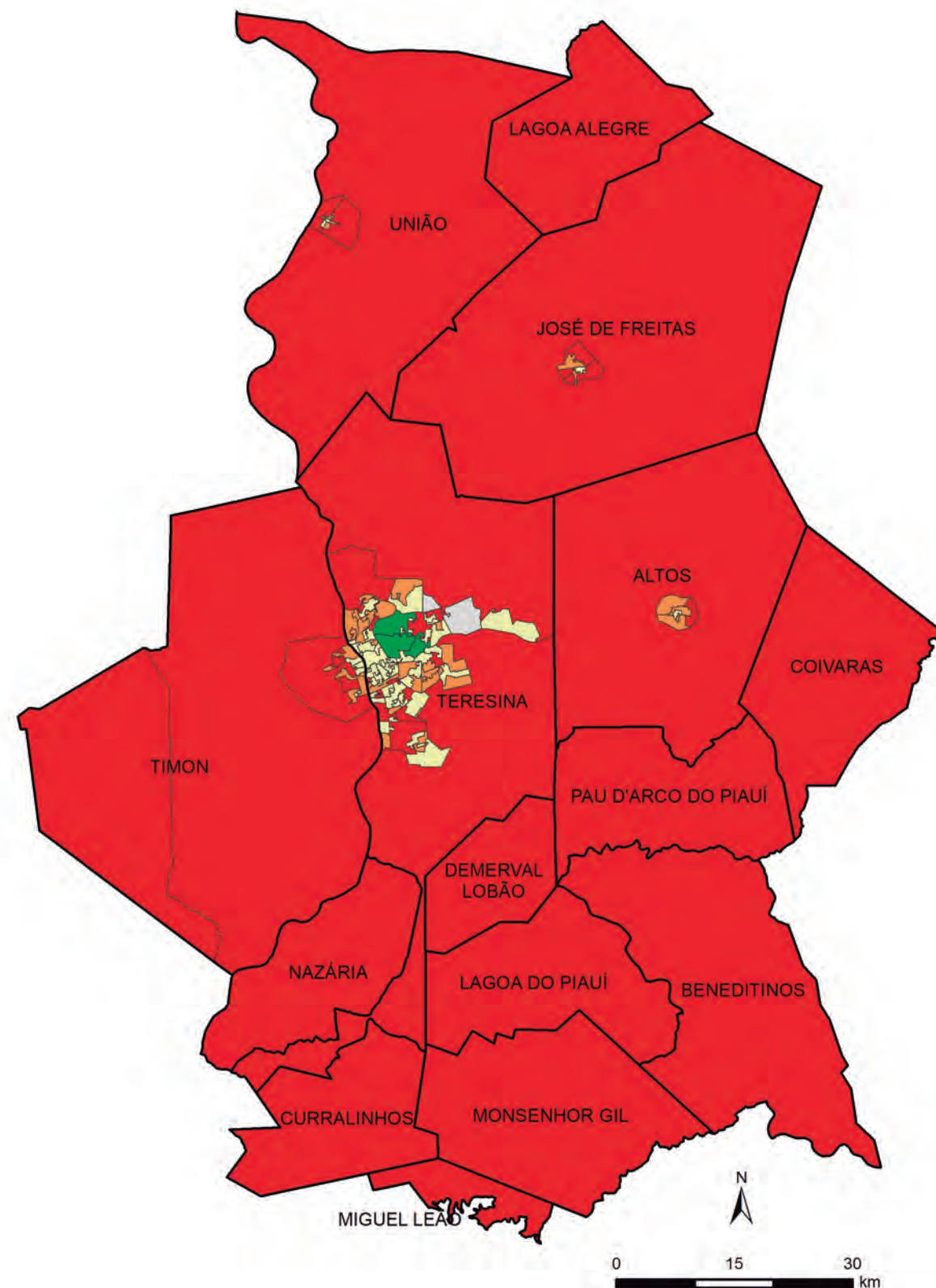
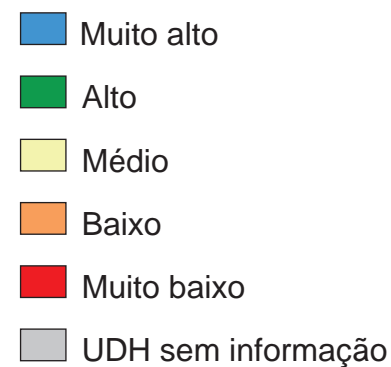
IDHM: 0,583

IDHM Educação: 0,421

IDHM Longevidade: 0,749

IDHM Renda: 0,628

Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina



População: 1.154.716

PIB: R\$ 11,7 bilhões

Densidade demográfica: 101,9 hab./km²

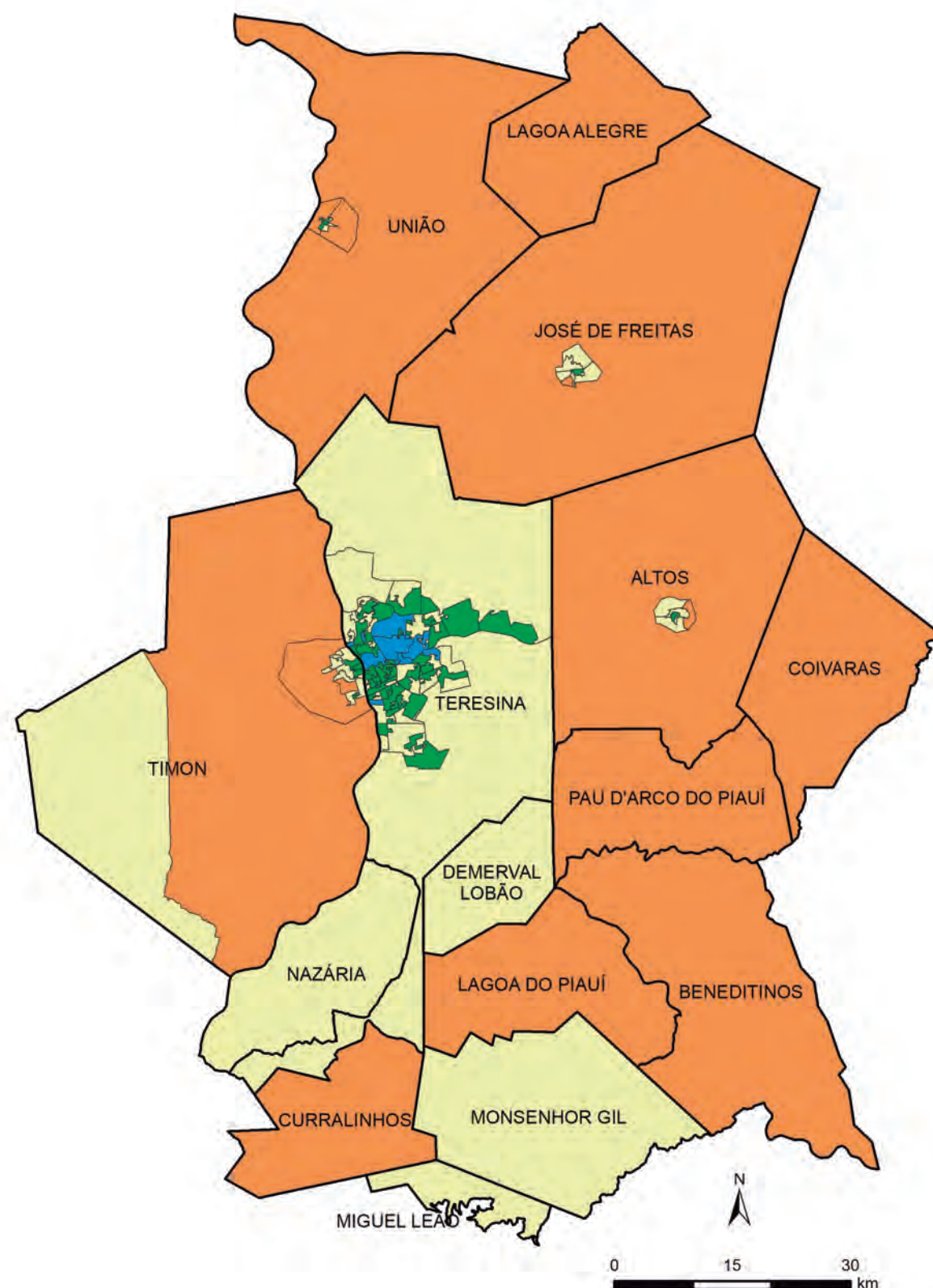
IDHM: 0,721

IDHM Educação: 0,656

IDHM Longevidade: 0,816

IDHM Renda: 0,701

Região Integrada de Desenvolvimento (Ride) da Grande Teresina



- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo
- UDH sem informação

Ride da Grande Teresina

A Ride da Grande Teresina foi instituída pela Lei Complementar (LC) nº 112, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto Federal nº 4.367, de 9 de setembro de 2002. Abrange os municípios piauienses de Altos, Beneditinos, Coivaras, Curralinhos, Demerval Lobão, José de Freitas, Lagoa Alegre, Lagoa do Piauí, Miguel Leão, Monsenhor Gil, Pau d’Arco do Piauí, Teresina e União, além do município maranhense de Timon, que se encontra na margem esquerda do rio Parnaíba, defronte à capital piauiense. Esses municípios ocupam uma área de 11.321 km².

Em 2010, a Ride da Grande Teresina possuía um grau de urbanização de 87,3%. A população do município-núcleo da Ride correspondia, em 2010, a 70,7% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da Ride da Grande Teresina foi de 1,33% ao ano (a.a.) entre 2000 e 2010.

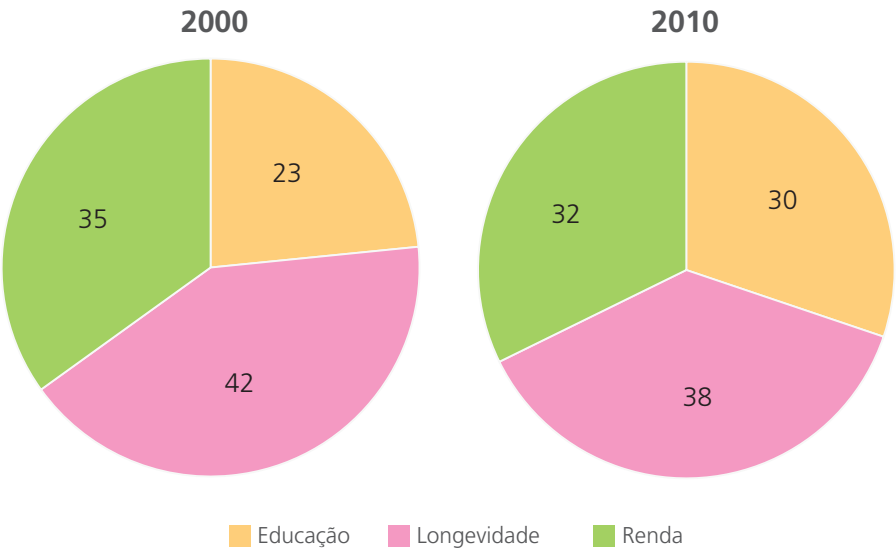
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na Ride

Em 2000, a Ride da Grande Teresina apresentava IDHM igual a 0,583, situando-se na faixa de *baixo* desenvolvimento humano. Já em 2010, apresentava IDHM de 0,721, passando para a faixa de *alto* desenvolvimento humano.

O IDHM Educação, em 2000, era 0,421, passando, em 2010, para 0,656. O IDHM Longevidade era de 0,749 e, em 2010, correspondia a 0,816. Por sua vez, o IDHM Renda era de 0,628, tendo passado para 0,701 no mesmo intervalo.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi a dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,235. A seguir, temos a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM Ride da grande teresina (2000 e 2010) (Em %)



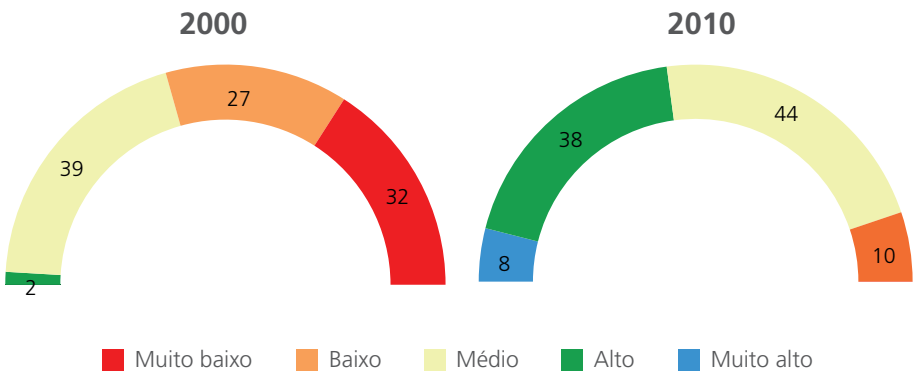
Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ipea e Fundação João Pinheiro (2017).

Evolução do IDHM na Ride da Grande Teresina

Em 2000, 39% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da ride da Grande Teresina encontravam-se na faixa de *médio* desenvolvimento humano, e 32% apresentavam *muito baixo* desenvolvimento humano. Em 2010, essas proporções mudam, correspondendo, respectivamente, a 44% e 0%. Enquanto não há mais UDHs na faixa de *muito baixo*, a faixa de *muito alto* passar a caracterizar 13 UDHs, representando 8%. Destaca-se o aumento de UDHs na faixa de *alto* desenvolvimento humano, que passa de 3 para 62, que, em porcentagem, representam, respectivamente, 2% e 38%.

No mesmo período, o percentual de UDHs na faixa de *baixo* desenvolvimento humano passou de 27% para 10%, conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição das UDHs segundo a faixa do IDHM Ride da grande teresina (2000 e 2010) (Em %)

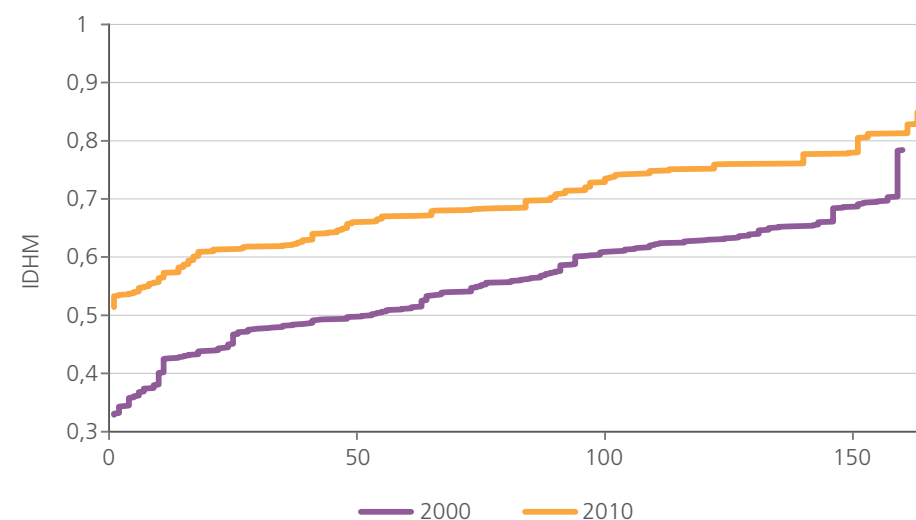


Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

O gráfico 2 mostra que, em 2000, houve uma concentração das UDHs nas faixas mais baixas de desenvolvimento humano, e, em 2010, uma evolução significativa para as faixas mais elevadas de desenvolvimento, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHs que apresentam os mais elevados índices e as UDHs que trazem os índices mais baixos.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na Ride da Grande Teresina, para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010, em relação à curva de 2000, evidencia a retração da desigualdade entre as suas UDHs, no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM Ride da grande teresina (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

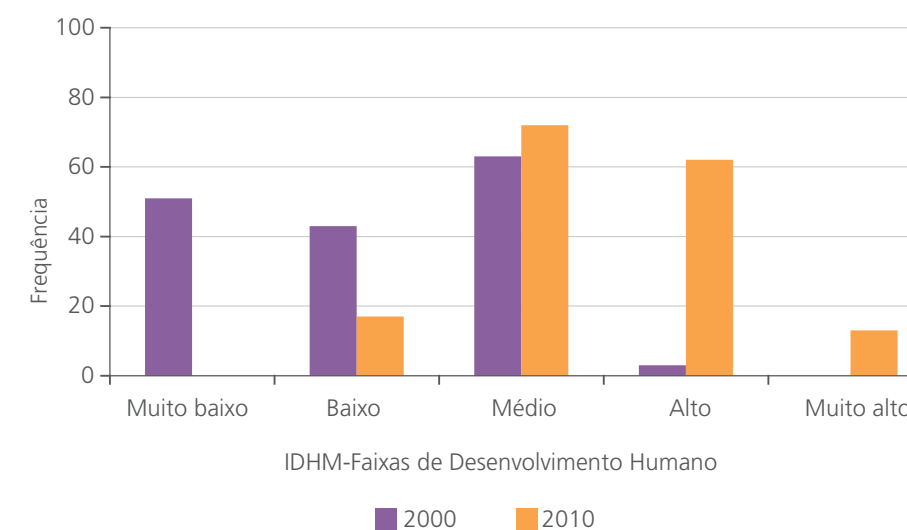
Os mais altos e os mais baixos IDHMs

Analisando-se a distribuição dos resultados do IDHM de 2000 da Ride da Grande Teresina, nota-se que grande parte das UDHs com valores mais altos de IDHM situam-se na área central de Teresina, enquanto a maior parte das UDHs que possuem os valores mais baixos de IDHM localizam-se em todos os municípios no entorno da área central da malha urbana do município-núcleo.

No que tange ao IDHM de 2010, verifica-se o mesmo padrão de concentração de 2000 para as UDHs com valores mais altos de IDHM, tendo havido significativa melhora do indicador em todas as UDHs da Ride.

Ao se observar o gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da Ride da Grande Teresina. No período de 2000 - 2010, as UDHs com IDHM *baixo* e *muito baixo* passaram para a faixa de *médio* IDHM. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHs com IDHM *alto* e *muito alto*. O gráfico sugere que a performance das UDHs da Ride melhorou no período.

Gráfico 4: Frequência das faixas de desenvolvimento humano Ride da grande teresina (2000 e 2010)



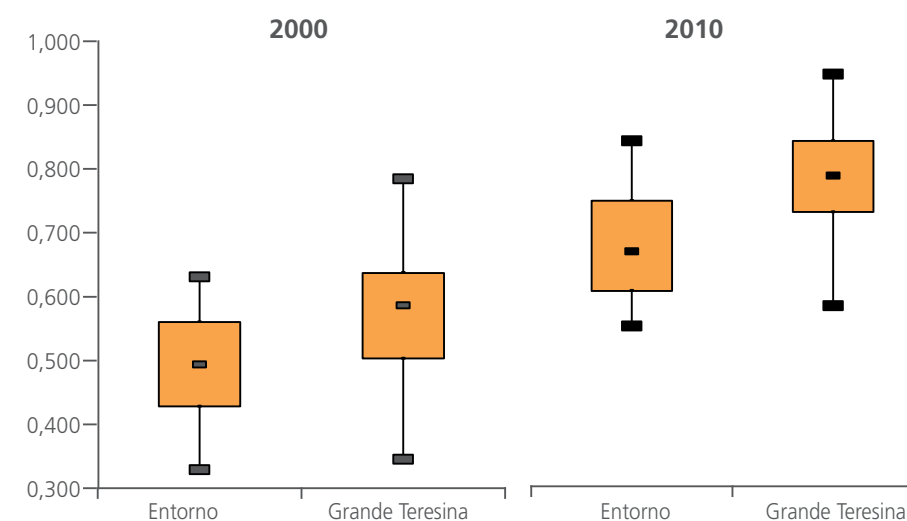
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

A desigualdade na Ride da Grande Teresina

Ao se analisar o nível de desigualdade do IDHM entre as UDHs da Ride da Grande Teresina, percebe-se que, em termos absolutos, a diferença entre o menor e o maior IDHM, no ano de 2000, era de 0,455, caindo para 0,336 em 2010.

Em relação à variância desses índices, o gráfico 5 traz a distribuição e a concentração dos dados para o município-núcleo da Ride e para os demais municípios da região, identificados, no gráfico, como entorno.

Gráfico 5: Boxplot do IDHM das UDHs (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

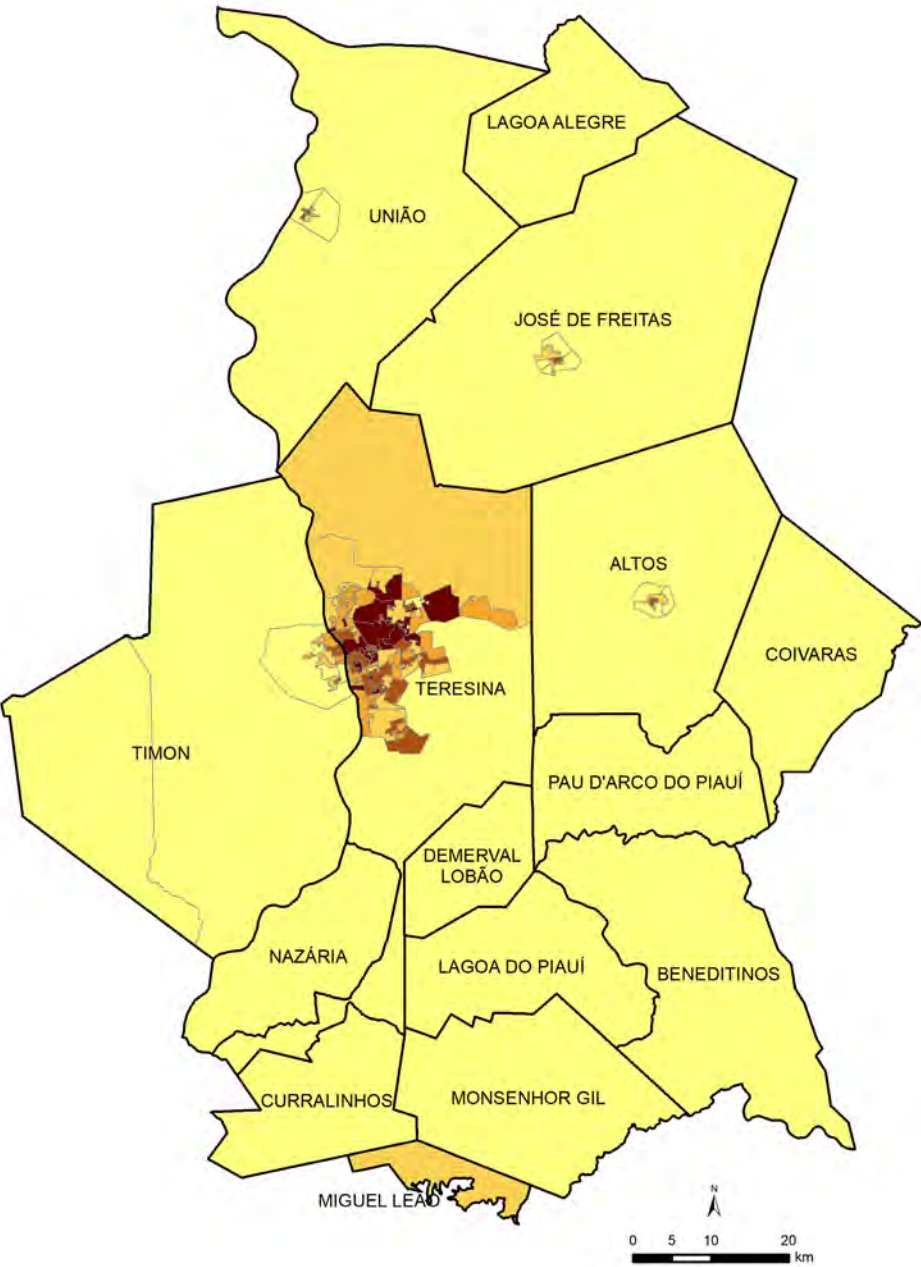
No caso do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,402 e 0,784, sendo que 47,3% das UDHs possuíam IDHM entre 0,602 e 0,697. Em 2010, o IDHM variava entre 0,595 e 0,850, ou seja, possuía uma amplitude de 0,255, inferior à de 2000, que era de 0,382. Pouco mais de 46% das UDHs apresentavam índices entre 0,703 e 0,780. Houve, portanto, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM.

Por sua vez, no caso dos demais municípios, em 2000, as UDHs possuíam IDHM entre 0,329 e 0,687. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,514 e 0,761. Nesses municípios, em 2000, o IDHM possuía uma amplitude de 0,358, ao passo que, em 2010, a amplitude era de 0,247. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHs no período.

O maior avanço (crescimento absoluto) entre as UDHs dos municípios do entorno ocorreu na UDH Monteiro/São João dos Perdidos/Cabeceira da Bacaba/Buriti Cortado, com amplitude de 0,265, enquanto, para o município-núcleo, a UDH São Francisco/Lagoa do Mocambinho/Centro de Referência da Assistência Social Cras Norte III/Centro de Saúde Adelino Matos foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 0,207. A mediana dos valores de IDHM verificada na capital apresenta uma evolução de 0,105. Apesar de partir de um patamar mais baixo, em 2000, a mediana do entorno apresentava maior evolução do que aquela verificada para o município-núcleo, igual a 0,141. A amplitude para o conjunto das UDHs reduziu-se menos nas UDHs dos municípios do entorno do que entre as UDHs do município-núcleo metropolitano.

Mapa dos quintos (2010)

- 1º quinto • 0,514 - 0,619
- 2º quinto • 0,620 - 0,681
- 3º quinto • 0,682 - 0,743
- 4º quinto • 0,744 - 0,761
- 5º quinto • 0,762 - 0,850



Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Os maiores e os menores IDHMs da Ride da Grande Teresina

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Horto/São Cristóvão/Jóquei/Fátima Noivos/Morada do Sol	0,850
Zoobotânico/Ininga/Planalto/Universidade Federal do Piauí (UFPI) Campus Teresina/Condomínio Santa Marta e Santa Mônica/Horto Smile	0,829
Santa Isabel/Recanto das Palmeiras/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Continental Residence/Condomínio Tropical Park/Condomínio Pasárgada/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Condomínio Girassol/Condomínio Jardim Europa/Portal do Leste/Residencial Marin	0,829
Acarapé: Conjunto Acarapé/Praça Teotônio Vilela/Praça das Palmeiras	0,813
Bairro Aeroporto/Conjunto Santos Dumont/Condomínio Montserrat/Condomínio Porto Seguro/Condomínio Galileia/Senai/Praça Cristina Leite/Praça Mário Portela Basílio da Silva	0,813
Tabuleta: Condomínio Dom Avelar	0,813
São João	0,813
Uruguai: Condomínio Village Horizonte/Condomínio Ville d’Leste I/Campestre: Residencial Marina	0,813
Gurupi/Condomínio Villa Inglesa/Condomínio Vila de Gales/Residencial Green House	0,813
Saci/Copren	0,813
Parque São João: Condomínio Verde que te Quero Verde	0,813
UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Pau d’Arco do Piauí	0,514
Divinópolis/Soares/Jenipapo/Vitória/Salobro/Marajá/Juá/Bandeira/Novo Nilo/Davi Caldas/Monte Castelo/São Bernardo/Vale do Tucunaré/Lagoa da Melancia	0,534
Altos: Anajás/Soturno/Quilombo/Sítio Novo/Zundão/Vista Alegre/Montanha/Barreiro/Brejo/Retiro/Toca da Onça/Prata	0,536
Ciana/Formosa/Triângulo/Ipê/Boa Fé/Primavera/São Sebastião/Matadouro/Santa Inês I/Santa Inês II/Parque São Lucas/São Luís/Santo Antônio/Bethânia	0,536
Palmeirinha/Graciosa/Assentamento Alvorada/Assentamento Lembrada/Assentamento São Francisco/Viseu/Olinda/São Luiz/Marcus/Barragem do Bezerro/Porteira Velha/Contendas/Ema Carima/Lagoa do Piripiri/São Domingos/Vila Pagã	0,538
Roncador Bambum/Castelo/Fazenda Nova/Cão Açú/Barras das Caraibas/Pote/COHEB/Gameleira/Campo Grande/Mundo Novo/São José dos Cacetes/Santa Maria/Santa Amélia/Tamanduá/São Gonçalo/Laranjeiras/Piranhas/Granja Freitas	0,541

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Satélite/Porto do Centro/Samapi/Piçarreira/Planalto Uruguai/Parque Mão Santa/Santa Lia/Loteamento Sol Nascente	0,813
Alvorada/Nova Brasília/Mafrense/Poti Velho/Olarias/Matadouro/Vila Apolônia/São Joaquim/Vila Santo Afonso/Lagoa do Jacaré/Lagoa da Piçarreira/Lagoa do São Joaquim/Lagoa Piçarreira do Lourival/Parque Lagoas do Norte	0,813
Uruguai: Condomínio Solaris Celestes I	0,813
Gurupi/Colorado/Residencial Colorado/Renascerça/Residencial Bom Sucesso/Vila Deus Proverá/Escola Municipal Barjas Negri	0,813
Manoel Evangelista/Novo Horizonte/Parque Ideal/Condomínio Jardins Residence Club/Renascerça/Unidade Escolar Doutor Fontes Ibiapina/Escola Municipal Professor João Porfírio de Lima Cordão	0,813
UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Vila Ferroviária	0,681
Vila da Paz/Vila Jerusalém Três Andares	0,681
Favela da Prainha	0,681
Primavera/Real Copagri/Alto Alegre	0,681
Real Copagri: Rua Dourado/Rua Francisco Sampaio/Rua Raimundo Soares Cordeiro	0,681
Alto Alegre/Mafrense/Poti Velho/Ponte Mariano Gaiosio Castelo Branco/Lagoa dos Cachorros/Lagoa da Cerâmica	0,681
Morro da Esperança/Porenquanto/Ponte Mestre João Isidoro França	0,681
Mocambinho II/Lagoa do Mocambinho/Praça São José Igreja São José/Ponte Leonel Brizola/Igreja Assembleia de Deus/Igreja Batista Bereana/Horta Comunitária	0,681
Embrapa/Praça Buenos Aires	0,681
Mocambinho/Praça Joana d’Arc/Parque do Mocambinho/Centro de Produção do Mocambinho AD/Unidade Escolar Pequena Rubim/Unidade Escolar Professor Felismino Freitas/Unidade Escolar Desembargador Heli Sobral/Unidade Escolar Desembargador Pedro Conde	0,681
Porenquanto/Cabral/Parque da Cidadania	0,681
Cristo Rei: Edifício Jacarandá/Condomínio Santa Mônica/Praça Zezinho Holanda/Igreja Batista Manancial	0,681
Vila Operária/Mafuá/Marquês de Paranaguá/Matinha/Vila Militar	0,681
Vermelha/Nossa Senhora das Graças/Centro Administrativo de Teresina	0,681
São Pedro/Conjunto São Pedro/Condomínio Boulevard Villa Vermelha/Faculdade Santo Agostinho/Associação dos Cegos do Piauí (ACEP)	0,681
Morada Nova/Lourival Parente/Triunfo	0,681

Cristo Rei/Condomínio Residencial Cristo Rei/Mortserrat Residence/Condomínio Adriana/Condomínio Solar do Poty/Condomínio Monte Castelo/Condomínio Solaris I/Condomínio Noblesse/Residencial Poeta Celso Pinheiro/Condomínio Rivieira/Del Rey Residence/Portal do Cristo Rei	0,681
Macaúba: Condomínio Angical/Condomínio Dom José Freire Falcão/Estação Macaúba	0,681
Centro/Frei Serafim/Cabral/Ilhotas	0,681
Macaúba: Condomínio Hebron	0,681
UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Cristo Rei/Condomínio Residencial Cristo Rei/Mortserrat Residence/Condomínio Adriana/Condomínio Solar do Poty/Condomínio Monte Castelo/Condomínio Solaris I/Condomínio Noblesse /Residencial Poeta Celso Pinheiro/ Condomínio Rivieira/Del Rey Residence/Portal do Cristo Rei	0,844
Macaúba: Condomínio Angical/Condomínio Dom José Freire Falcão Estação Macaúba	0,844
Acarapé: Conjunto Acarapé/Praça Teotônio Vilela/Praça das Palmeiras	0,844
Bairro Aeroporto/Conjunto Santos Dumont/Condomínio Montserrat/Condomínio Porto Seguro/Condomínio Galileia/Senai/Praça Cristina Leite/Praça Mário Portela Basílio da Silva	0,844
Tabuleta: Condomínio Dom Avelar	0,844
São João	0,844
Uruguai: Condomínio Village Horizonte/Condomínio Ville d’Leste I/Campestre: Residencial Marina	0,844
Gurupi/Condomínio Villa Inglesa/Condomínio Vila de Gales/Residencial Green House	0,844
Saci/Copren	0,844
Parque São João: Condomínio Verde que te Quero Verde	0,844
UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Pau d’Arco do Piauí	0,376
Roncador/Bambum/Castelo/Fazenda Nova/Cão Açú/Barras das Caraibas/Pote/COHEB/Gameleira/Campo Grande/Mundo Novo/São José dos Cacetes/Santa Maria/Santa Amélia/Tamanduá/São Gonçalo/Laranjeiras/Piranhas/Granja Freitas	0,378
Beneditinos	0,394
Divinópolis/Soares/Jenipapo/Vitória/Salobro/Marajá/Juá/Bandeira/Novo Nilo/Davi Caldas/Monte Castelo/São Bernardo/Vale do Tucunaré/Lagoa da Melancia	0,400
Altos: Anajás/Soturno/Quilombo/Sítio Novo/Zundão/Vista Alegre/Montanha/Barreiro/Brejo/Retiro/Toca da Onça/Prata	0,406
Ciana/Formosa/Triângulo/Ipê/Boa Fé/Primavera/São Sebastião/Matadouro/Santa Inês I/Santa Inês II/Parque São Lucas/São Luís/Santo Antônio/Bethânia	0,406

Palmeirinha/Graciosa/Assentamento Alvorada/Assentamento Lembrada/Assentamento São Francisco/Viseu/Olinda/São Luiz/Marcus/Barragem do Bezerra/Porteira Velha/Contendas/Ema/Carima/Lagoa do Piripiri/São Domingos/Vila Pagã	0,408
Centro/São Sebastião	0,408
UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Horto/São Cristóvão/Jóquei/Fátima/Noivos/Morada do Sol	0,969
Centro/Frei Serafim/Cabral/ Ilhotas	0,918
Macaúba: Condomínio Hebron	0,918
Zoobotânico/Ininga /Planalto/Universidade Federal do Piauí (UFPI) Campus Teresina/ Condomínio Santa Marta e Santa Mônica/Horto Smile	0,918
Santa Isabel/Recanto das Palmeiras/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Continental Residence/Condomínio Tropical Park/Condomínio Pasárgada/Condomínio Morada do Sol Grand Park/Condomínio Girassol/Condomínio Jardim Europa/Portal do Leste/Residencial Marin	0,918
UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM
UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Pau d’Arco do Piauí	0,488
Palmeirinha/Graciosa/Assentamento Alvorada/Assentamento Lembrada/Assentamento São Francisco/Viseu/Olinda/São Luiz/Marcus/Barragem do Bezerra/Porteira Velha/Contendas/Ema/Carima/Lagoa do Piripiri/São Domingos/Vila Pagã	0,498
Centro/São Sebastião	0,498
Divinópolis/Soares/Jenipapo/Vitória/Salobro/Marajá/Juá/Bandeira/Novo Nilo/Davi Caldas/Monte Castelo/São Bernardo/Vale do Tucunaré/Lagoa da Melancia	0,500
Curralinhos	0,512



**Região Integrada de
Desenvolvimento (Ride)
de Petrolina-Juazeiro**

2000

População: 569.144

PIB: R\$ 1,8 bilhão

Densidade demográfica: 16,06 hab./km²

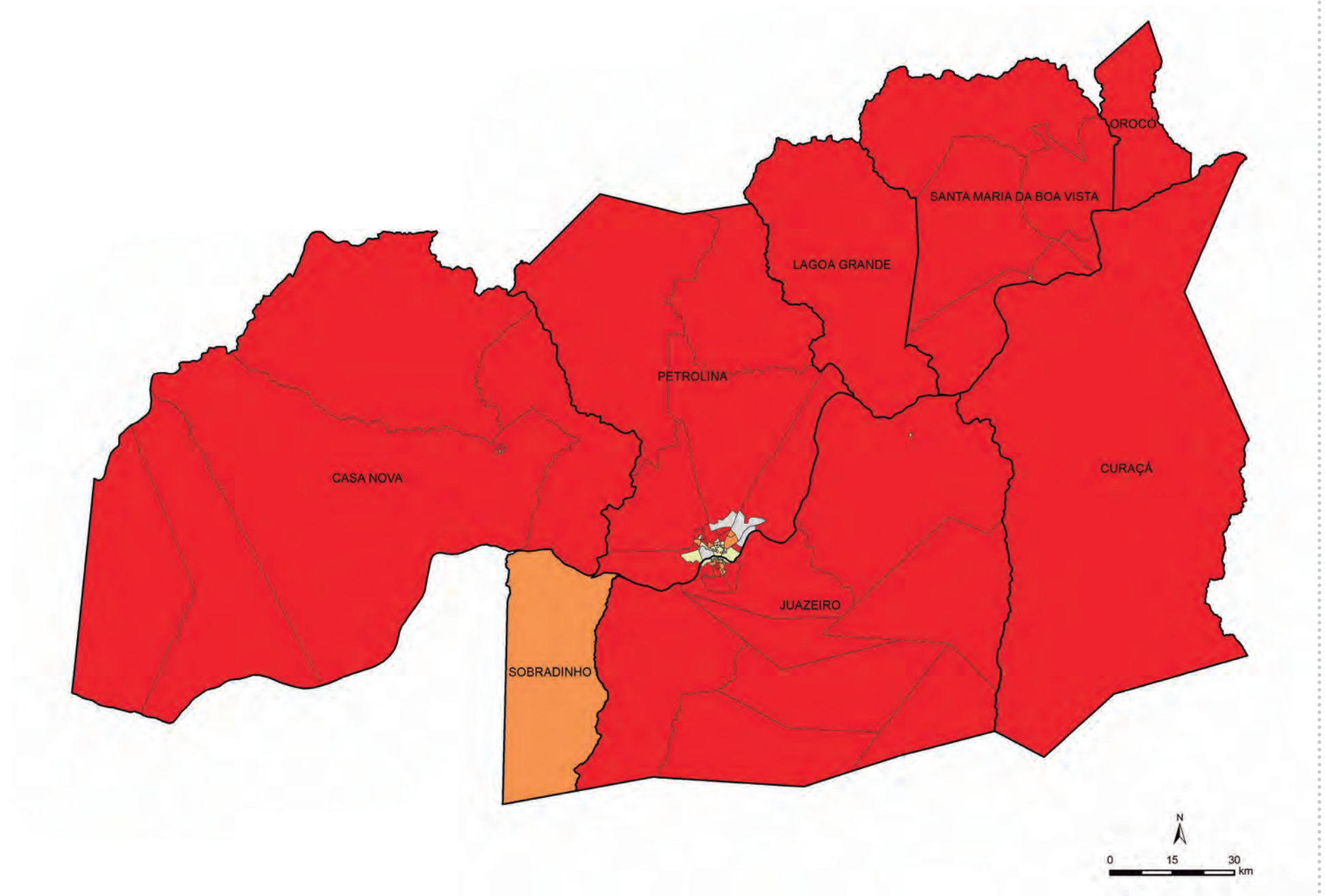
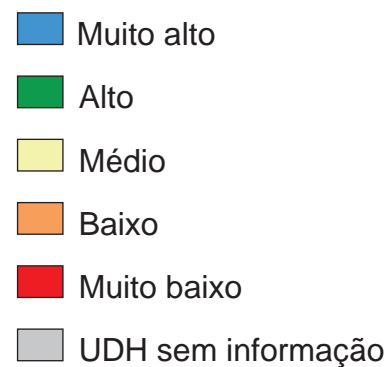
IDHM: 0,536

IDHM Educação: 0,349

IDHM Longevidade: 0,740

IDHM Renda: 0,596

IDHM da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) Petrolina-Juazeiro



2010

População: 686.410

PIB: R\$ 6,6 bilhões

Densidade demográfica: 19,37 hab./km²

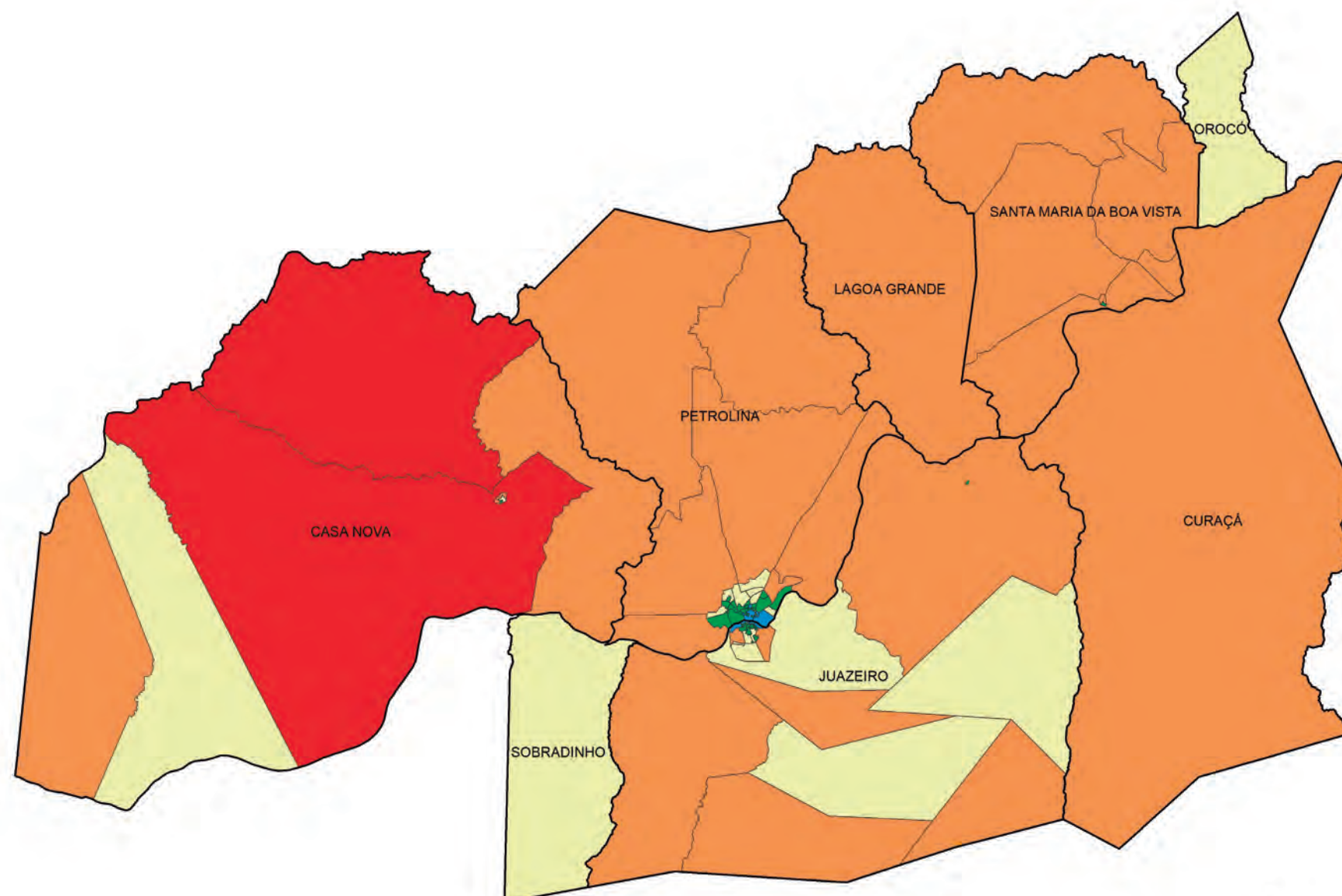
IDHM: 0,660

IDHM Educação: 0,571

IDHM Longevidade: 0,767

IDHM Renda: 0,656

IDHM da Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) Petrolina-Juazeiro



- Muito alto
- Alto
- Médio
- Baixo
- Muito baixo
- UDH sem informação

Ride de Petrolina-Juazeiro

A Região Integrada de Desenvolvimento Econômico (Ride) do Polo de Petrolina/PE e Juazeiro/BA foi instituída pela Lei Complementar nº 113, de 19 de setembro de 2001, e regulamentada pelo Decreto nº 4.366, de 9 de setembro de 2002. Abrange quatro municípios de Pernambuco: Petrolina, Lagoa Grande, Orocó e Santa Maria da Boa Vista; e quatro municípios da Bahia: Juazeiro, Casa Nova, Curaçá e Sobradinho. Esses municípios ocupam uma área de 35.436,697 km².

Em 2010, a Ride de Petrolina-Juazeiro possuía um grau de urbanização de 70,1%. A população do município-núcleo da Ride correspondia, em 2010, a 71,6% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da Ride da Grande Teresina, entre 2000 e 2010, foi de 1,91% ao ano (a.a.).

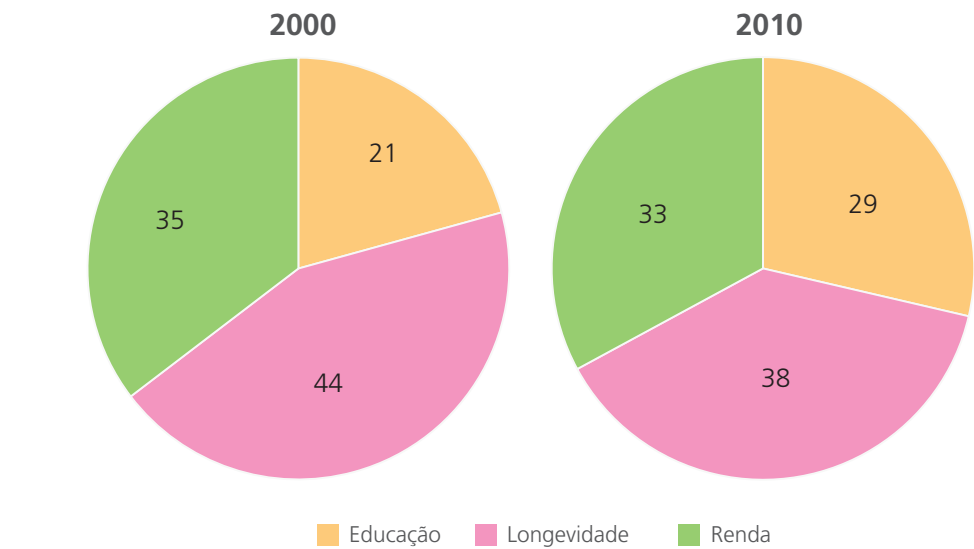
O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal na Ride

Em 2000, a Ride de Petrolina-Juazeiro apresentava Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) igual a 0,536, situando-se na faixa de *baixo* desenvolvimento humano. Já em 2010, a região metropolitana (RM) apresentava IDHM de 0,660, passando para a faixa de *médio* desenvolvimento humano.

O IDHM Educação, em 2000, era 0,349, passando, em 2010, para 0,571. O IDHM Longevidade era de 0,740 e, em 2010, correspondeu a 0,767. Já o IDHM Renda era de 0,596, tendo passado para 0,656.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi a dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,222. No gráfico 1, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM (2000 e 2010) (Em %)



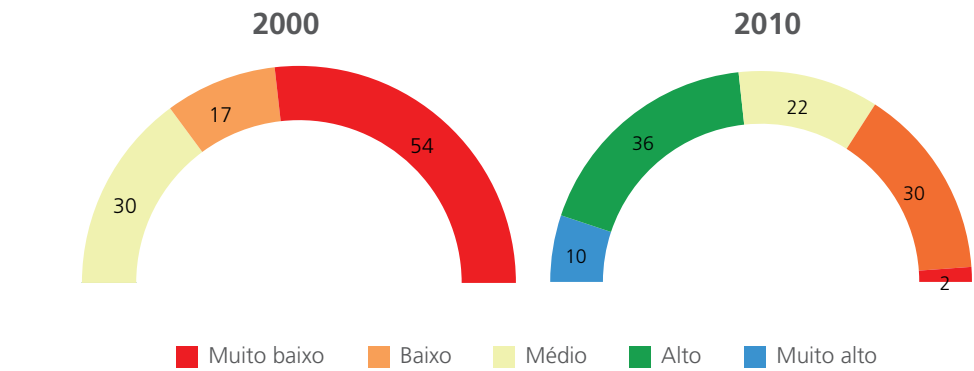
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

Evolução do IDHM na Ride de Petrolina-Juazeiro

Em 2000, 54% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da Ride Petrolina-Juazeiro encontravam-se na faixa de *muito baixo* desenvolvimento humano, 17% apresentavam *baixo* desenvolvimento humano e 30% encontravam-se na faixa de *médio* desenvolvimento humano. Em 2010, essas proporções se alteram, correspondendo, respectivamente, a 2%, 30% e 22%. Enquanto nas faixas de *alto* e *muito alto* desenvolvimento humano, que em 2000 não possuíam UDHs, em 2010, respectivamente, correspondiam a 36% e 10%.

A mudança mais significativa foi na faixa de *muito baixo* desenvolvimento humano, que passou de 54% para apenas 2% conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição das UDHs segundo a faixa do IDHM (2000 e 2010) (Em %)

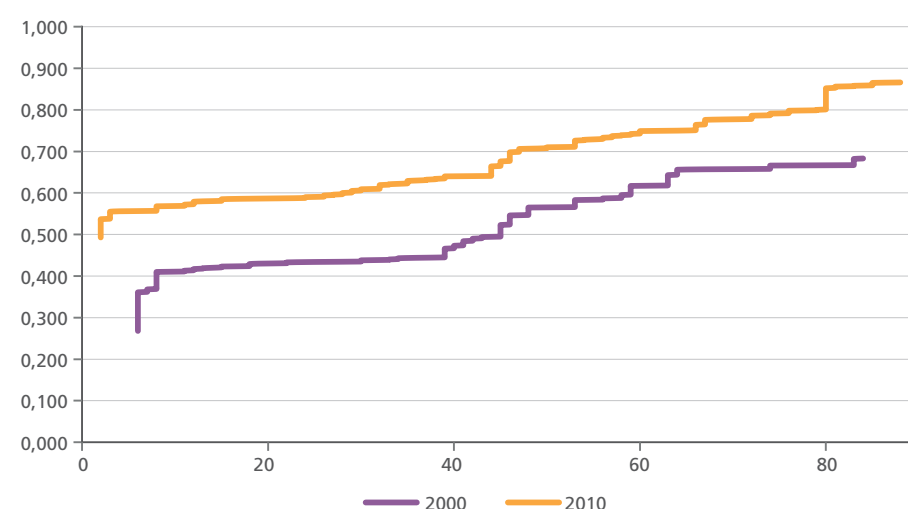


Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

O gráfico 2 mostra que em 2000 houve uma concentração das UDHS nas faixas mais baixas de desenvolvimento humano e em 2010, uma evolução significativa para as faixas mais elevadas de desenvolvimento, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHS que apresentam os mais elevados índices e as UDHS que trazem os índices mais baixos.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na Ride de Petrolina e Juazeiro para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010 em relação à curva de 2000 evidencia a retração da desigualdade entre as suas UDHS no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

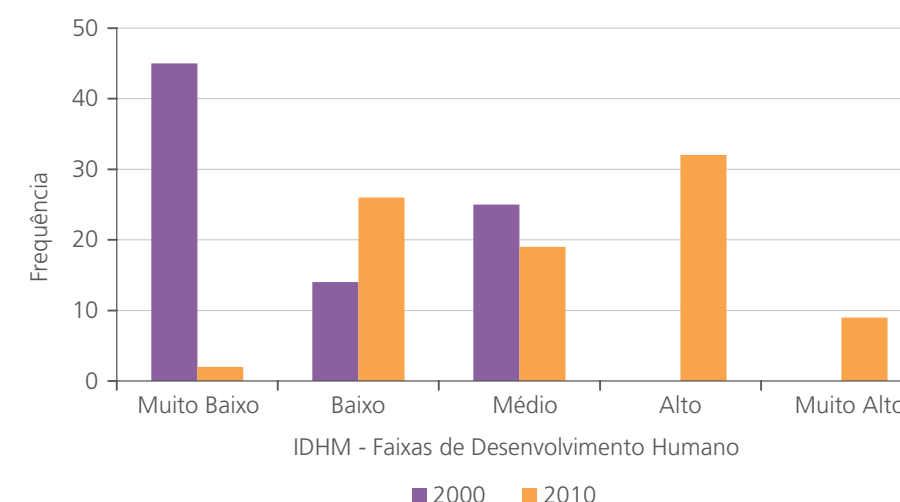
Os mais altos e os mais baixos IDHMs

Analisando a distribuição dos resultados do IDHM de 2000 da Ride Petrolina-Juazeiro, nota-se que a maioria das UDHS com valores mais baixos de IDHM apresentavam-se em quase toda a Ride, com poucas UDHS com *médio* DHM na área central de Petrolina.

No que tange ao IDHM de 2010, verifica-se o mesmo padrão de concentração de 2000 para as UDHS com valores mais altos de IDHM – claro, com a significativa melhora do indicador em todas as UDHS da Ride.

Ao observar o gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da Ride de Petrolina e Juazeiro. No período de 2000 a 2010, as UDHS com IDHM *baixo* e *muito baixo* passaram para a faixa de *médio* IDHM. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHS com IDHM *alto* e *muito alto*. O gráfico sugere que a *performance* das UDHS da Ride de Petrolina e Juazeiro melhorou no período.

Gráfico 4: Histograma da frequência das faixas de desenvolvimento humano (2000-2010)



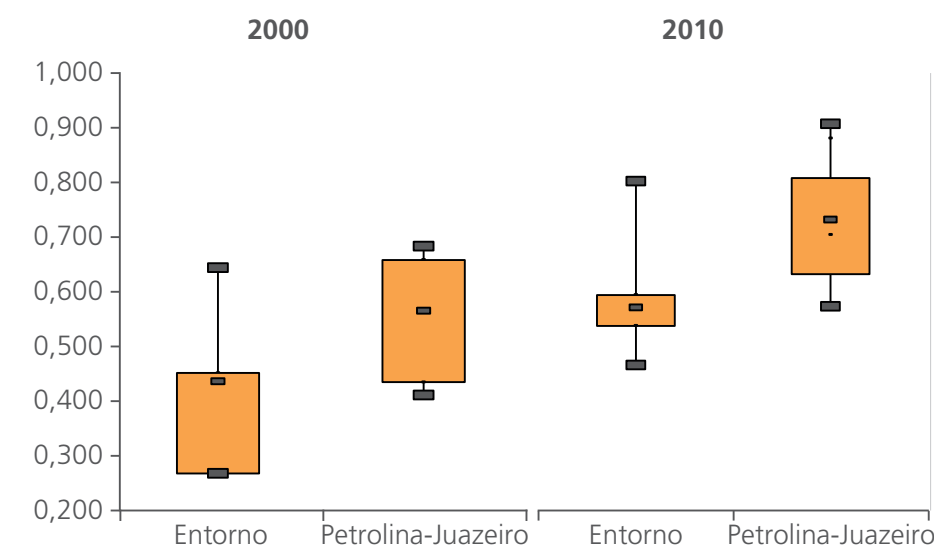
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2017).

A desigualdade na Ride de Petrolina-Juazeiro

Ao analisar o nível de desigualdade do IDHM entre as UDHS da Ride de Petrolina-Juazeiro, percebe-se que, em termos absolutos, a diferença entre o menor e o maior IDHM, em 2000, era de 0,415, caindo para 0,373 em 2010.

Em relação à variância desses índices, o gráfico 5 traz a distribuição e concentração dos dados para o município-núcleo da Ride de Petrolina e Juazeiro e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico, como o entorno.

Gráfico 5: Box plot do IDHM das UDHS (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2014).

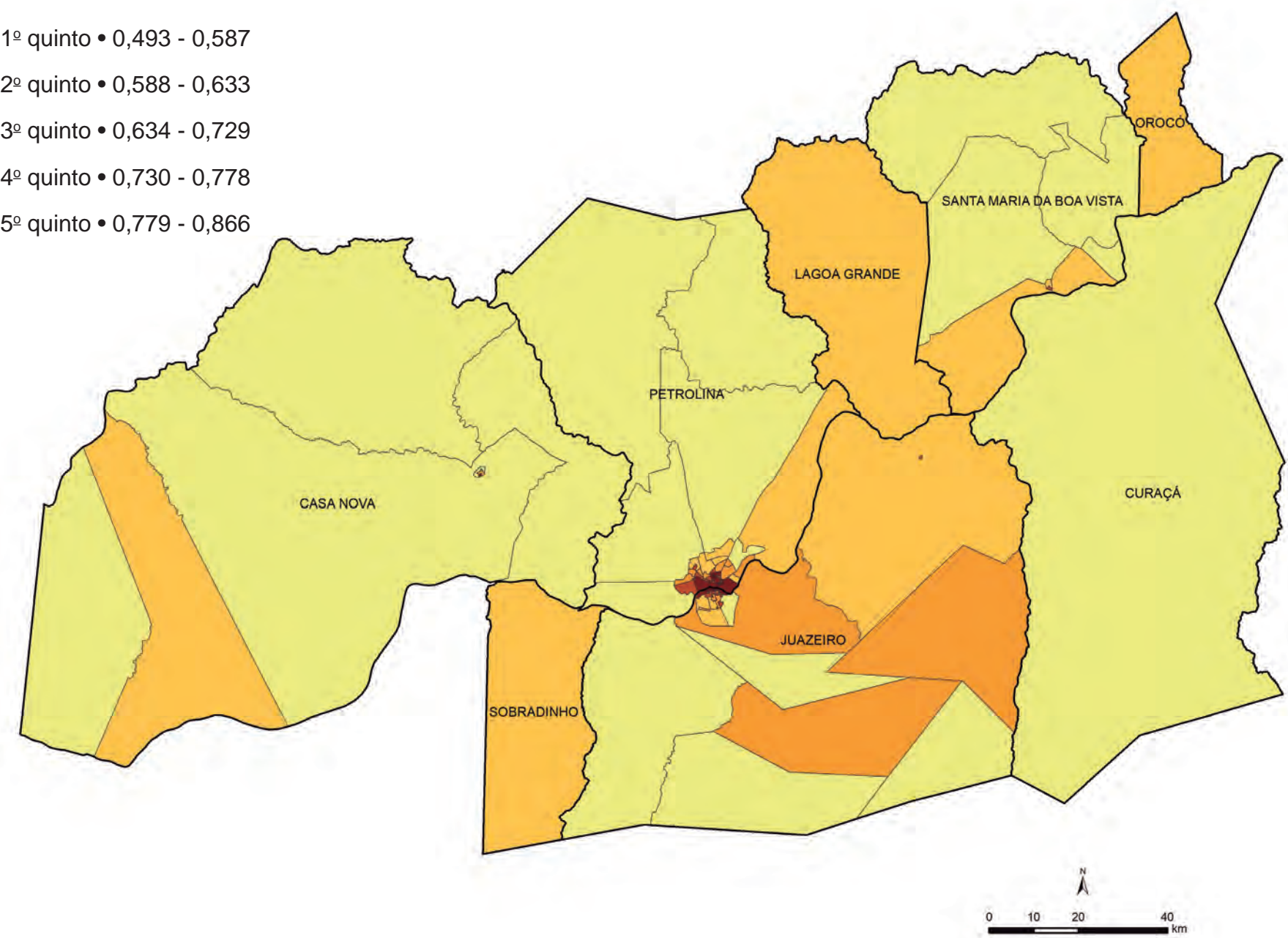
No caso dos municípios-núcleos, Petrolina-Juazeiro, em 2000, o IDHM variava entre 0,298 e 0,683, sendo que 32,3% das UDHs possuíam IDHM entre 0,444 e 0,618. Em 2010, o IDHM variava entre 0,569 e 0,866. Pouco mais de 57,3% das UDHs apresentavam índices entre 0,707 e 0,866. Houve, portanto, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM.

Já no caso dos demais municípios, em 2000, as UDHs possuíam IDHM entre 0,268 e 0,644. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,493 e 0,792. Nesses municípios, em 2000, o IDHM possuía uma amplitude de 0,376, ao passo que, em 2010, era de 0,299. Percebe-se, nesse caso, uma redução da amplitude total dos dados associada a um aumento do IDHM das UDHs no período.

O maior avanço (crescimento absoluto) dentre as UDHs dos municípios do entorno ocorreu na UDH Rural: Monte Carmelo, Urimamã, Caraíbas/Ibó, Serrania, com amplitude de 0,289, enquanto para os municípios-núcleos a UDH Piranga: Alto da Maravilha/João XXIII foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 0,222. A mediana dos valores de IDHM verificada nos municípios-núcleos apresenta uma evolução de 0,192, enquanto nos municípios do entorno a mediana foi de 0,190. Portanto, a amplitude para o conjunto das UDHs reduziu-se menos nas UDHs dos municípios-núcleos do que entre as UDHs dos municípios do entorno.

Mapa de quintos (2010)

- 1º quinto • 0,493 - 0,587
- 2º quinto • 0,588 - 0,633
- 3º quinto • 0,634 - 0,729
- 4º quinto • 0,730 - 0,778
- 5º quinto • 0,779 - 0,866



Os maiores e os menores IDHMs da RM de Petrolina-Juazeiro

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Centro: Atrás da Banca/Parque Bandeirante	0,866
Vila Mocó: Residencial Paulo Coelho/Residencial Vila Maria/Residencial San Diego/Residencial San Rafael	0,866
Cidade Jardim/Caminhos do Sol	0,866
Centro: Praça da Misericórdia/Santo Antônio: Rua José Petitinga/Santo Antônio: Univasf/Country Club/Condomínio Terra dos Sonhos/Condomínio Country Club/Chácara Bougainville/Pedra do Lord: Condomínio Colinas do Rio	0,859
Cajueiro: Loteamento Morada do Rio/Universidade Estadual da Bahia	0,859
São José/Alto Cheiroso	0,857
Monte Carmelo/Portal das Águas/Cidade Universitária/Ilha de Nossa Senhora	0,857

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Rural: Luís Viana/Campo Formoso/Ouricuri/Valverde/Lagoa dos Negros/Tiririca/Poço de Pedra	0,493
Rural: Baixa Grande/Sobrado/Saquinho/Lajinha/Tanquinho/Pau Branco/Saco/Santarém/Palmeira/Pau de Colher	0,493
Rural: Macambira/Riacho do Sobrado/Santa Rita de Baixo/Veados	0,538
Rural: Bem-Bom/Fazenda de Fora/Lagoa da Barra/São Domingos	0,556
Rural: Serrania	0,557
Rural: Caraíbas/Ibó	0,557
Rural: Urimamã	0,557
Rural: Monte Carmelo	0,557

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Fernando Idalino/Rio Jordão/Henrique Leite	0,819

Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

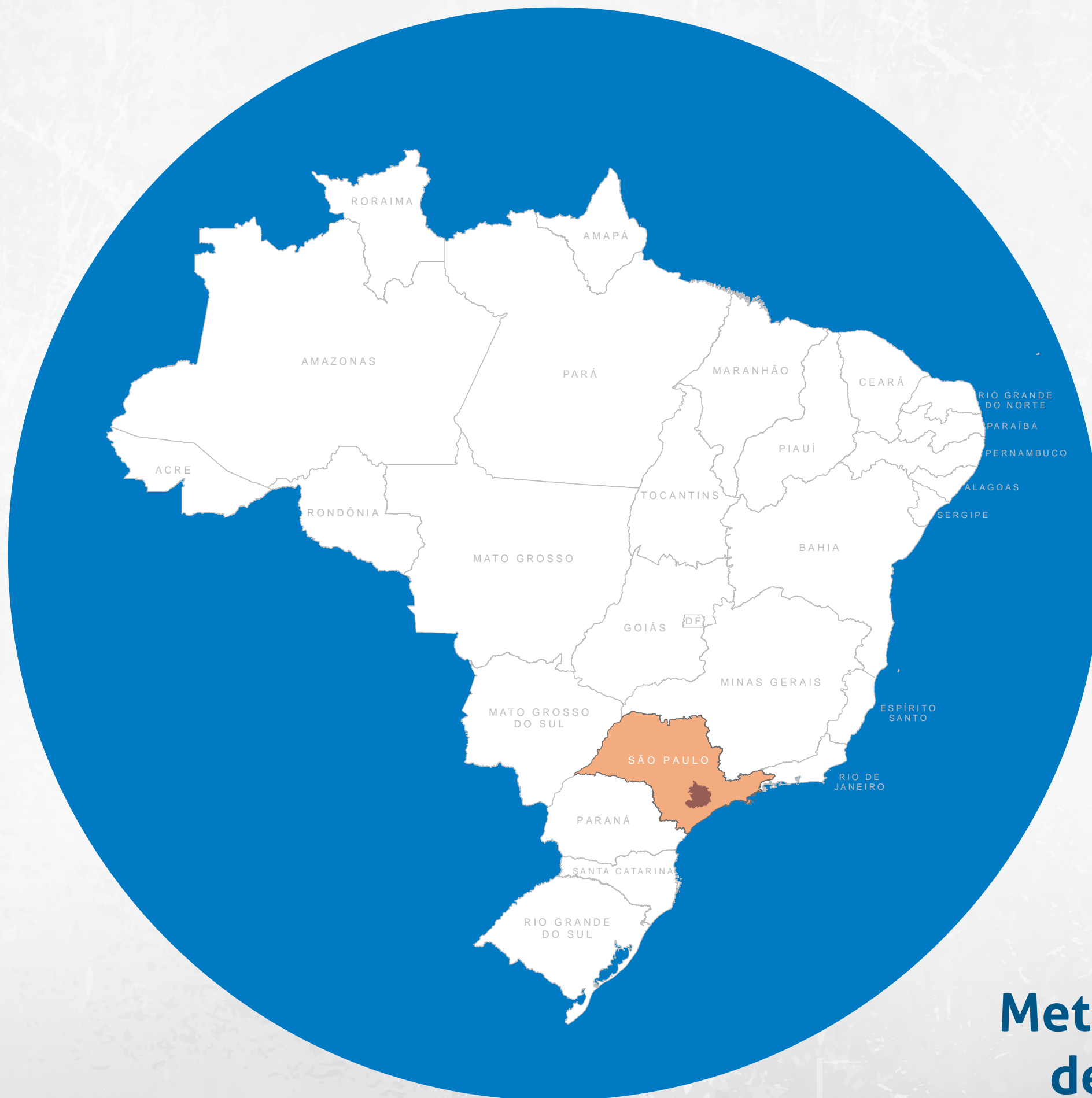
UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Lagoa Grande	0,705
Cristália	0,709
Rajada	0,709
Rural: Tapera/Tapuio/Ilha do Massangano/Ilha do Rodeadouro	0,709
Curral Queimado	0,709

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Piranga: Condomínio Jardim Vitória	0,871
São José/Alto Cheiroso	0,871
Monte Carmelo/Portal das Águas/Cidade Universitária/Ilha de Nossa Senhora	0,871
Centro: Praça da Misericórdia/Santo Antônio: Rua José Petitinga/Santo Antônio: UNIVASF/Country Club/Condomínio Terra dos Sonhos/ Condomínio Country Club/Chácara Boungainville/Pedra do Lord: Condomínio Colinas do Rio	0,871
Cajueiro: Loteamento Morada do Rio/Universidade Estadual da Bahia	0,871
Centro: Atrás da Banca/Parque Bandeirante	0,871
Vila Mocó: Residencial Paulo Coelho/Residencial Vila Maria/Residencial San Diego/Residencial San Rafael	0,871
Cidade Jardim/Caminhos do Sol	0,871

UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Rural: Luís Viana/Campo Formoso/Ouricuri/Valverde/ Lagoa dos Negros/Tiririca/Poço de Pedra	0,309
Rural: Baixa Grande/Sobrado/Saquinho/Lajinha/ Tanquinho/Pau Branco/Saco/Santarém/Palmeira/Pau de Colher	0,309
Rural: Macambira/Riacho do Sobrado/Santa Rita de Baixo/Veados	0,386
Rural: Bem-Bom/Fazenda de Fora/Lagoa da Barra/São Domingos	0,386

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Piranga: Condomínio Jardim Vitória	0,938
São José/Alto Cheiroso	0,938
Monte Carmelo/Portal das Águas/Cidade Universitária/Ilha de Nossa Senhora	0,938
Centro: Praça da Misericórdia/Santo Antônio: Rua José Petitinga/Santo Antônio: UNIVASF/Country Club/Condomínio Terra dos Sonhos/ Condomínio Country Club/Chácara Boungainville/Pedra do Lord: Condomínio Colinas do Rio	0,938
Cajueiro: Loteamento Morada do Rio/Universidade Estadual da Bahia	0,938
Centro: Atrás da Banca/Parque Bandeirante	0,938
Vila Mocó: Residencial Paulo Coelho/Residencial Vila Maria/Residencial San Diego/Residencial San Rafael	0,938
Cidade Jardim/Caminhos do Sol	0,938

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Rural: Luís Viana/Campo Formoso/Ouricuri/Valverde/ Lagoa dos Negros/Tiririca/Poço de Pedra	0,499
Rural: Baixa Grande/Sobrado/Saquinho/Lajinha/ Tanquinho/Pau Branco/Saco/Santarém/Palmeira/Pau de Colher	0,499
Rural: Serrania	0,510
Rural: Caraibas/lbó	0,510
Rural: Urimamã	0,510
Rural: Monte Carmelo	0,510



**Região
Metropolitana
de Sorocaba**

2000

População: 1.481.415 (4,0% do total estadual)

PIB: R\$ 14,7 bilhões (3,48% do total estadual)

Densidade demográfica: 127,58 hab./km²

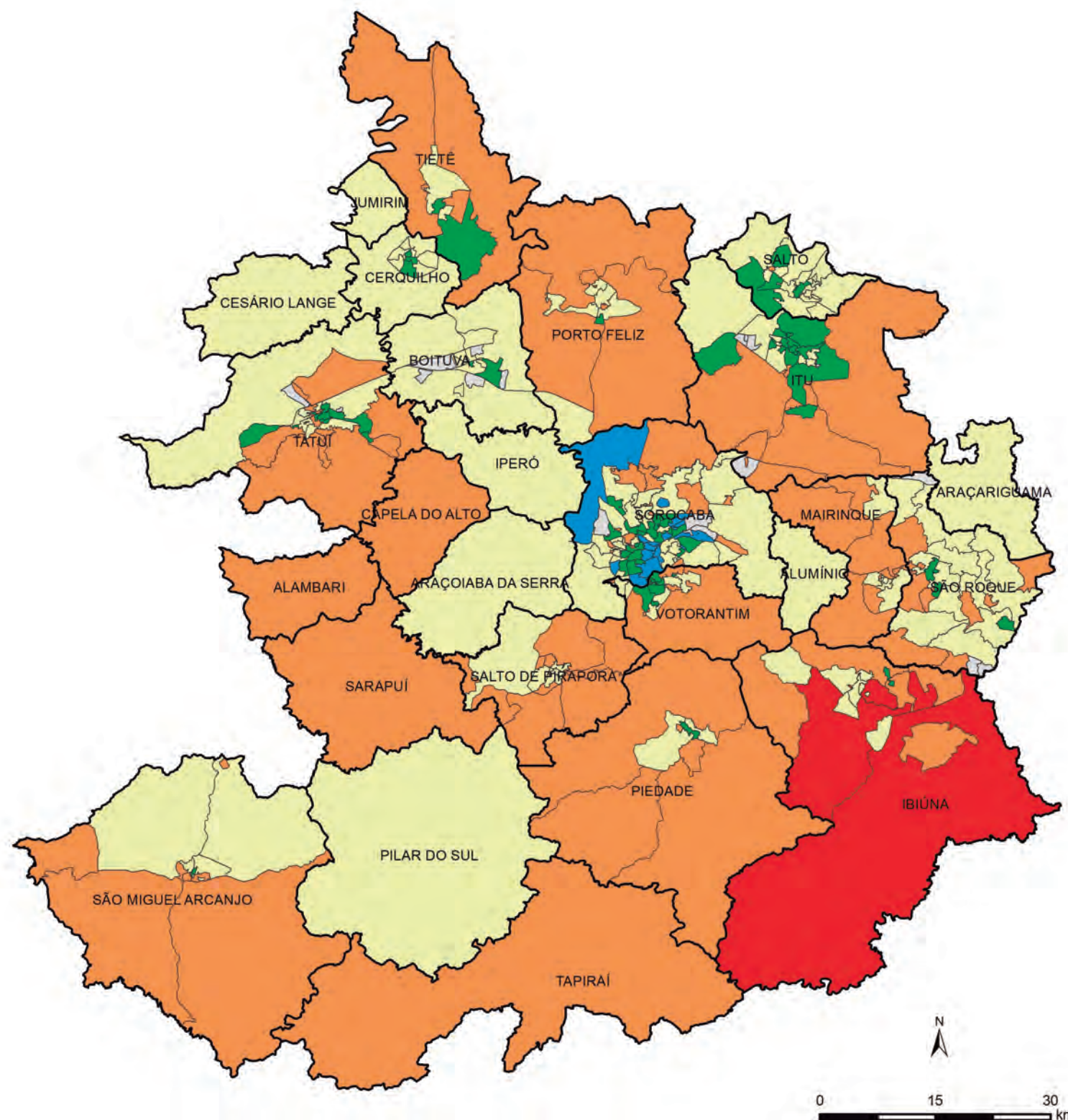
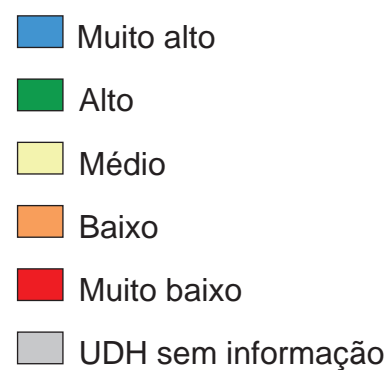
IDHM: 0,679

IDHM Educação: 0,552

IDHM Longevidade: 0,782

IDHM Renda: 0,725

IDHM da Região Metropolitana de Sorocaba



..○ 2010

População: 1.726.785 (4,18% do total estadual)

PIB: R\$ 45,4 bilhões (3,18% do total estadual)

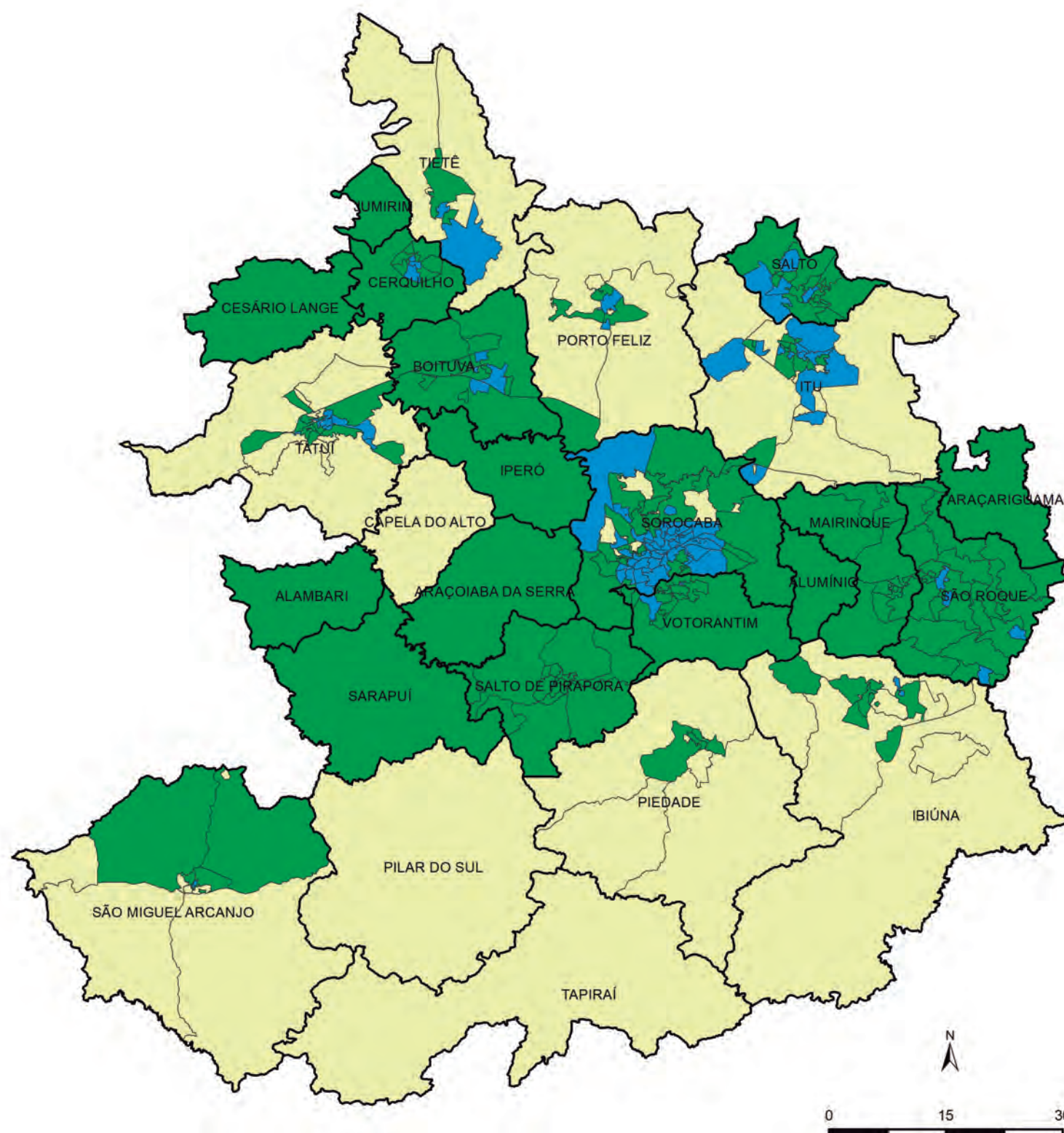
Densidade demográfica: 148,71 hab./km²

IDHM: 0,762

IDHM Educação: 0,715

IDHM Longevidade: 0,816

IDHM Renda: 0,759



IDHM da Região Metropolitana de Sorocaba



RM de Sorocaba

A Região Metropolitana (RM) de Sorocaba foi institucionalizada em 8 de maio de 2014, pela Lei Complementar Estadual nº 1.241. É composta por 27 municípios e possui área de 11.611,48 km².

Em 2010, a RM de Sorocaba possuía um grau de urbanização de 88,9%, somando 4,18% da população estadual. A população do município-núcleo da RM correspondia, em 2010, a 33,97% da população metropolitana. A taxa de crescimento da população da RM de Sorocaba, entre 2000 e 2010, foi de 1,81% ao ano (a.a.).

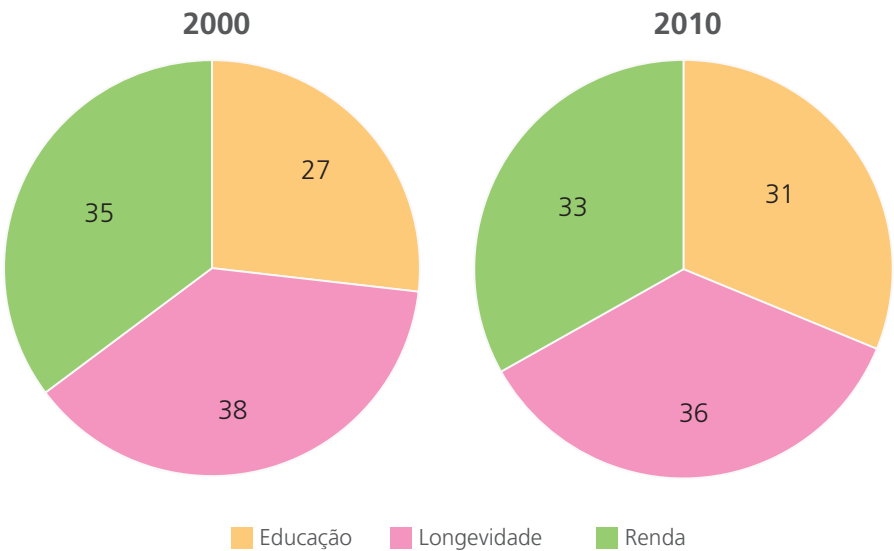
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) na RM

Em 2000, a RM de Sorocaba apresentava IDHM igual a 0,679, situando-se na faixa de *médio* desenvolvimento humano. Já em 2010, a RM apresentava IDHM de 0,762, passando para a faixa de *alto* desenvolvimento humano.

O IDHM Educação, em 2000, era 0,552, passando, em 2010, para 0,715. O IDHM Longevidade era de 0,782, e, em 2010, correspondeu a 0,816. Já o IDHM Renda era de 0,725, tendo passado para 0,759.

Entre 2000 e 2010, a dimensão que mais evoluiu, em termos absolutos, foi a dimensão Educação, que registrou um aumento de 0,163. A seguir, a contribuição das diferentes dimensões para o IDHM em 2000 e 2010.

Gráfico 1: Contribuição dos componentes para o IDHM (2000 e 2010)
(Em %)

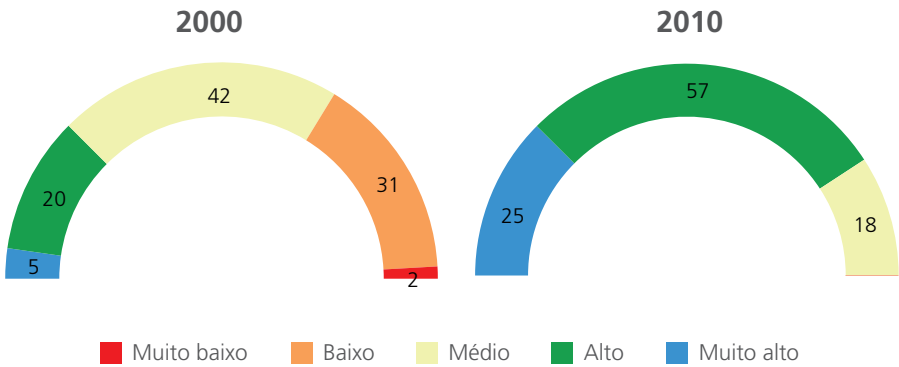


Fonte: Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), Ipea e FJP (2014).

Evolução do IDHM na RM de Sorocaba

Em 2000, 5% das Unidades de Desenvolvimento Humano (UDHs) da RM de Sorocaba encontravam-se na faixa de *muito alto* desenvolvimento humano, enquanto 42% apresentava *médio* desenvolvimento humano. Em 2010, essas proporções mudam, correspondendo, respectivamente, a 25% e 18%. No mesmo período, o percentual de UDHs na faixa de *baixo* desenvolvimento humano passou de 31% para 0%, e o percentual de UDHs na faixa de *muito baixo* desenvolvimento humano passou de 2% para 0%, conforme ilustra o gráfico 2.

Gráfico 2: Distribuição das UDHs segundo a faixa do IDHM (2000 e 2010)
(Em %)

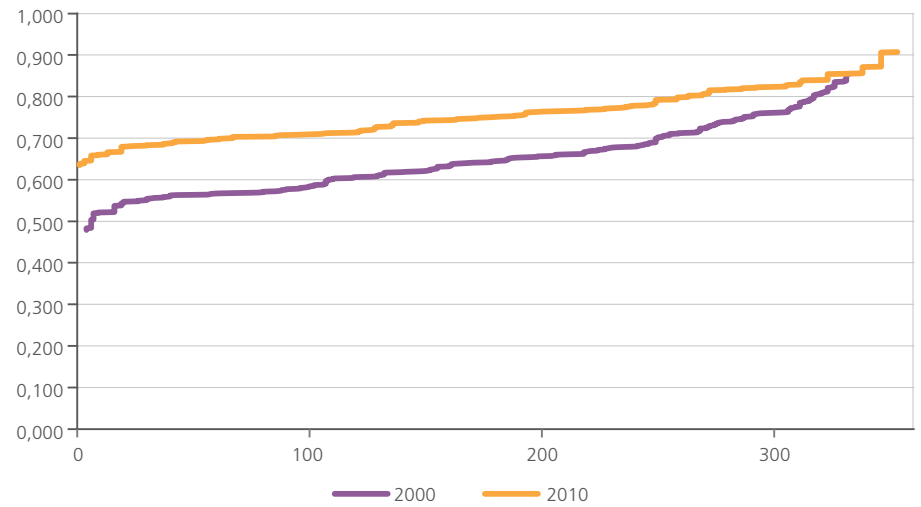


Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2014).

O gráfico 2 mostra que, entre 2000 e 2010, há uma concentração das UDHs nas faixas mais elevadas de desenvolvimento humano, com uma redução do intervalo de resultados encontrados entre as UDHs que apresentam os mais elevados índices e as UDHs que trazem os índices mais baixos.

O gráfico 3 apresenta a distribuição dos resultados do IDHM na RM de Sorocaba para os anos 2000 e 2010. A atenuação da inclinação da curva de distribuição de 2010, em relação à curva de 2000, evidencia a retração da desigualdade entre as suas UDHs no período.

Gráfico 3: Distribuição do IDHM (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2014).

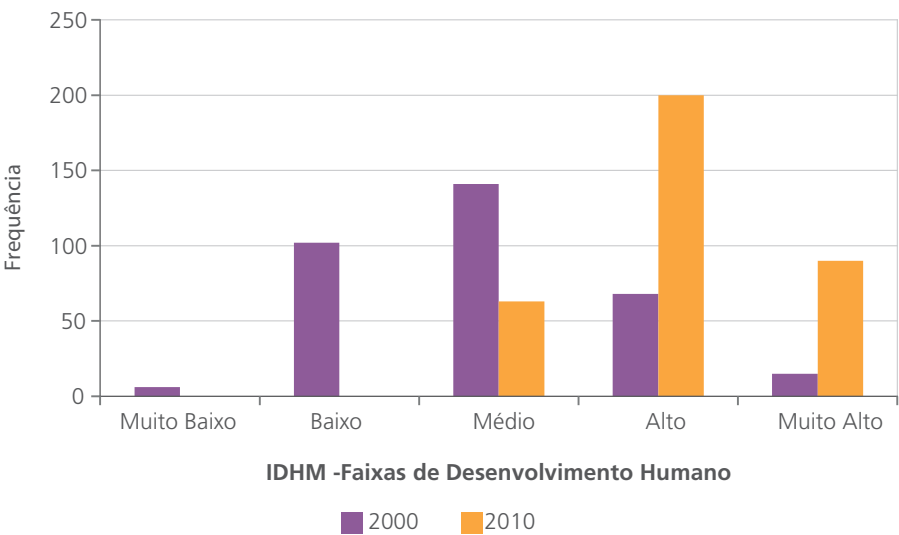
Os mais altos e os mais baixos IDHMs

Analisando a distribuição dos resultados do IDHM de 2000 da RM de Sorocaba, nota-se que grande parte das UDHs com valores mais altos de IDHM situam-se na área central de Sorocaba e na UDH de Caguaçu, enquanto a maior parte das UDHs que possuem os valores mais baixos de IDHM localizam-se nas porções sul e sudeste da RM, particularmente no município de Ibiúna.

No que tange ao IDHM de 2010, verifica-se o mesmo padrão de concentração de 2000 para as UDHs com valores mais altos de IDHM. Com a significativa melhora do indicador na RM, os valores de *alto* IDHM são encontrados em UDHs localizadas nos municípios de Sorocaba, Itu e Boituva.

Ao observar o gráfico 4, é possível visualizar a dinâmica dos valores de IDHM da RM de Sorocaba. No período de 2000 a 2010, as UDHs com IDHM *baixo* e *muito baixo* passaram para a faixa de *médio* IDHM. Em contrapartida, nota-se que ocorreu a elevação no número de UDHs com IDHM *alto* e *muito alto*. O gráfico 4 sugere que a *performance* das UDHs da RM de Sorocaba melhorou no período.

Gráfico 4: Histograma da frequência das faixas de desenvolvimento humano (2000 e 2010)



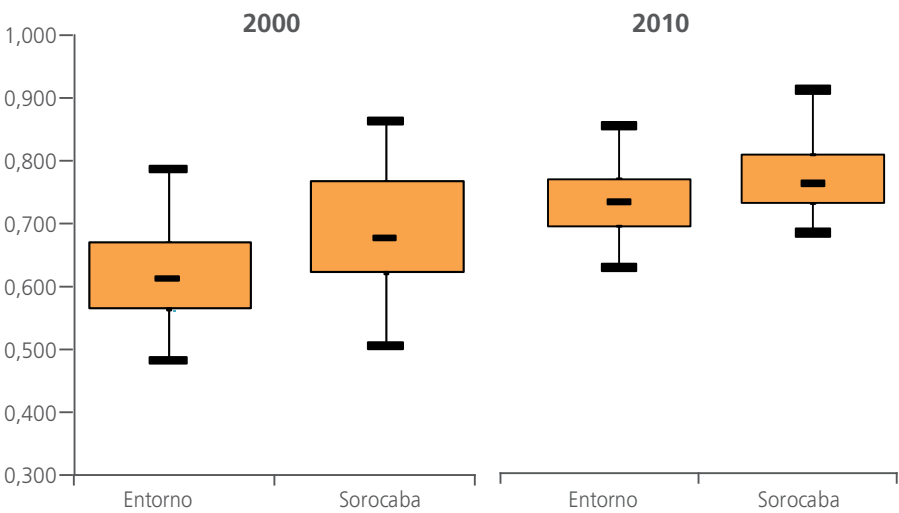
Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2014).

Desigualdade na RM de Sorocaba

Ao analisar o nível de desigualdade do IDHM entre as UDHs da RM de Sorocaba, percebe-se que, em termos absolutos, a diferença entre o menor e o maior IDHM, no ano de 2000, era de 0,375, caindo para 0,272 em 2010.

Em relação à variância desses índices, o gráfico 5 traz a distribuição e a concentração dos dados para o município núcleo da RM de Sorocaba e para os demais municípios metropolitanos, identificados, no gráfico 5, como o entorno.

Gráfico 5: *Box plot* do IDHM das UDHs (2000 e 2010)



Fonte: PNUD, Ipea e FJP (2014).

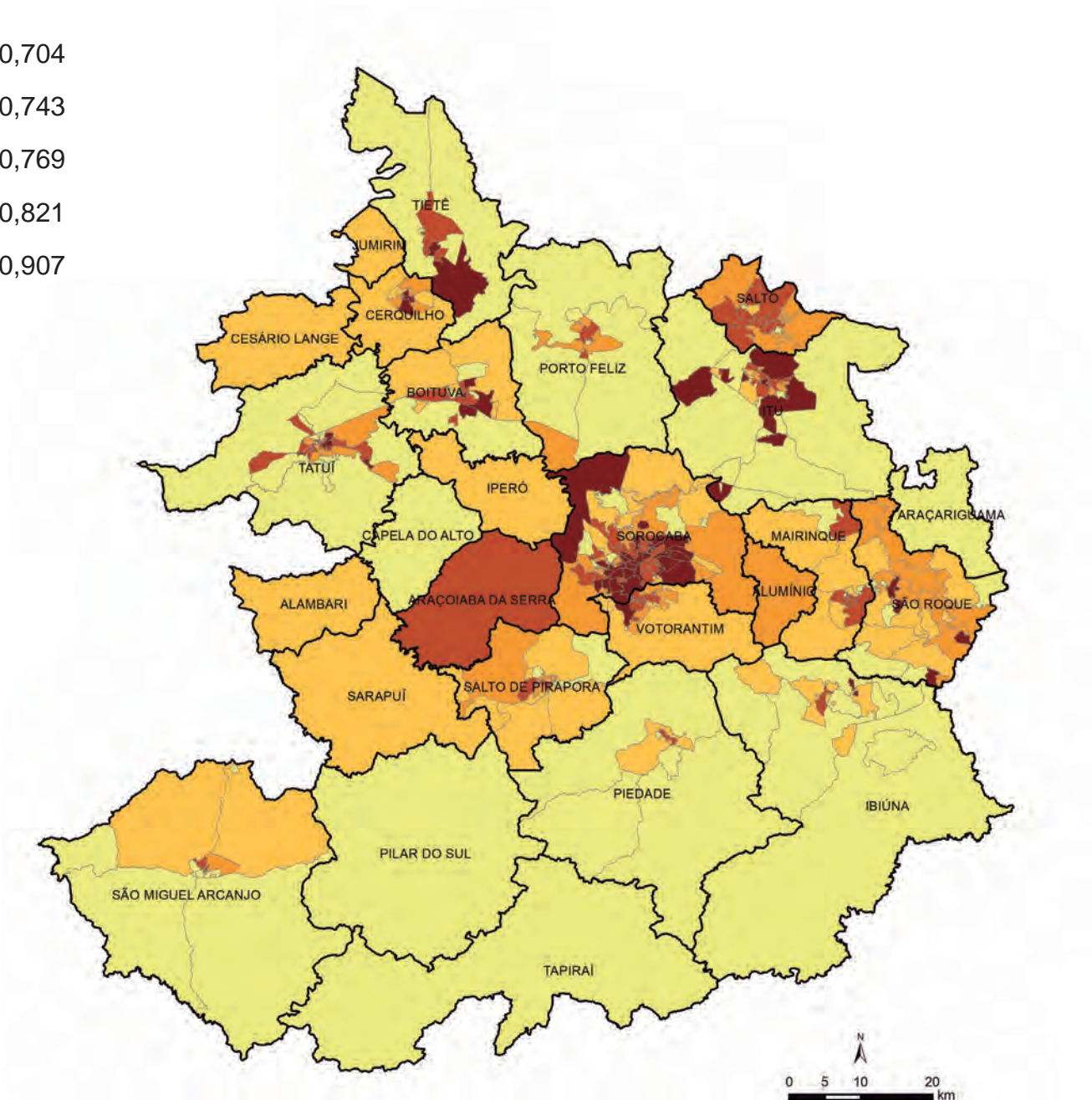
No caso do município-núcleo, em 2000, o IDHM variava entre 0,504 e 0,854, sendo que 65% das UDHs possuíam IDHM entre 0,641 e 0,730. Em 2010, o IDHM variava entre 0,682 e 0,907, ou seja, possuía uma amplitude menor que em 2000, e pouco mais da metade das UDHs apresentavam índices entre 0,765 e 0,823. Houve, portanto, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM.

No caso dos demais municípios, em 2000, as UDHs possuíam IDHM entre 0,479 e 0,796. Em 2010, esse intervalo ficava entre 0,635 e 0,855. Nesses municípios, em 2000, o IDHM possuía uma amplitude de 0,317, ao passo que, em 2010, é de 0,220. Percebe-se, neste caso, uma redução da amplitude total dos dados, associada a um aumento do IDHM das UDHs no período.

O maior avanço (crescimento absoluto) dentre as UDHs dos municípios do entorno ocorreu na UDH Vila Esperança/Vila Nova Esperança/Vila São Manoel/Chácara Junqueira, com amplitude de 0,188, enquanto para o município-núcleo a UDH Ana Paula Heleutério (Habiteto) foi a que apresentou maior crescimento, com aumento de 0,178. A mediana dos valores de IDHM verificada na capital apresenta uma evolução de 0,140. Apesar de partir de um patamar mais baixo, em 2000, a mediana do entorno apresenta maior evolução do que aquela verificada para o município-núcleo, igual a 0,157. A amplitude para o conjunto das UDHs reduziu-se menos nas UDHs dos municípios do entorno do que entre as UDHs do município-núcleo metropolitano.

Mapa de quintos (2010)

- 1º quinto • 0,635 - 0,704
- 2º quinto • 0,705 - 0,743
- 3º quinto • 0,744 - 0,769
- 4º quinto • 0,770 - 0,821
- 5º quinto • 0,822 - 0,907



Os quintos referem-se ao agrupamento dos dados ordenados em cinco partes iguais de modo que cada amostra contenha 20% desses dados.

Os maiores e os menores IDHMs da RM de Sorocaba

UDHs com maior IDHM	
UDH	IDHM
Campolim /Jardim Emília/Jardim Santa Fé/Jardim Portal da Colina/Jardim Judith/Jardim Faculdade/ Condomínio Isaura	0,907
Centro/Jardim Vergueiro	0,907
Alto da Boa Vista	0,907
Granja Olga	0,907
Jardim Santa Rosália: Centro de Integração Comunitário Walter Ribeiro	0,907
Residencial Villa dos Ingleses/Vila do Bosque/Vila Rica/Condomínio Giardino de Ravello/Residencial de Parma/Bertanha	0,907
Condomínio Villa Real Park/Mont Blanc Residencial/ Residencial Guiverny/Village Salerno/Tivoli/ Condomínio Sunset/Condomínio Vizion Ville/Palácio San Marco/Parque Campolim	0,907

UDHs com menor IDHM	
UDH	IDHM
Bairro Bateia/Cachoeirado Bernardo Alemão/Bairro do Caetezal	0,635
Bairro Morro Grande	0,639
Vila Elvio/Bairro Miguel Russo/Bairro dos Cláudios/ Gruta de Nossa Senhora de Lourdes/Bairro dos Garcias	0,639
Campo Verde	0,646
Machado/Recanto das Araras/Cachoeira Vargem do Salto/Condomínio Chácara Sete Lagos/Lajeado do Salto/Murundu	0,646
Recreio	0,646

UDHs com maior IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Jumirim/Capela de Nossa Senhora das Graças	0,863
Araçoiaba da Serra	0,860
Bairro Rancho Grande/Jardim Rancho Grande (Barroca)/Vila São Marcos /Vila Santa Rita/ São Judas (Pombal)/Jardim Santa Laura	0,852
Canguiri: Brasil Kirin (Schincariol)/Itaim Mirim/Bairro Matadouro/Vila Progresso/Chácara Bandeirantes/ Dona Tonica/Santa Luzia/Jardim Estância Bom Viver/ Porto Seguro/Lajeado/Chácara Reunidas Ipê	0,852
Sete Quedas/Alcolea/Itaim/Residencial Bothanica/ Jardim Brasília/Estância Verde	0,852

UDHs com menor IDHM Longevidade	
UDH	IDHM-L
Potiguara: Av. Emílio Félix Tortosa/Chácaras Flórida	0,717
Piragibú	0,724
Iporanga	0,731
Aparecidinha	0,731
Cachoeira (Central Parque Ibiúna)/Curral/Paiol Pequeno/Ressaca	0,764
Astúrias	0,765
Bairro dos Morros/Vila João Romão/Vila Sabiá/Vila Zacarias	0,765
Jardim Saltense/Jardim São João/Residencial Alvorada/Jardim Bom Retiro/Jardim São Judas Tadeu/Jardim Nova Era/Residencial São Gabriel/Vila Norma	0,765

UDHs com maior IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Campolim/Jardim Emília/Jardim Santa Fé/Jardim Portal da Colina/Jardim Judith/Jardim Faculdade/Condomínio Isaura	0,928
Centro/Jardim Vergueiro	0,928
Alto da Boa Vista	0,928
Granja Olga	0,928
Jardim Santa Rosália: Centro de Integração Comunitário Walter Ribeiro	0,928
Residencial Villa dos Ingleses/Vila do Bosque/Vila Rica/Condomínio Giardino de Ravello/Residencial de Parma/Bertanha	0,928
Condomínio Villa Real Park Mont Blanc Residencial/Residencial Guiverny/Village Salerno Tivoli/Condomínio Sunset/Condomínio Vizion Ville/Palácio San Marco/Parque Campolim	0,928

UDHs com menor IDHM Educação	
UDH	IDHM-E
Bairro Bateia/Cachoeirado Bernardo Alemão/Bairro do Caetezal	0,498
Bairro Morro Grande	0,498
Vila Élvio/Bairro Miguel Russo/Bairro dos Cláudios/Gruta de Nossa Senhora de Lourdes/ Bairro dos Garcias	0,498
Campo Verde	0,524
Machado/Recanto das Araras/Cachoeira Vargem do Salto/Condomínio Chácara Sete Lagos /Lajeado do Salto/Murundu	0,524
Recreio	0,524
Bairro Rancho Grande/Jardim Rancho Grande (Barroca)/Vila São Marcos/Vila Santa Rita/ São Judas (Pombal)/Jardim Santa Laura	0,530
Canguiri: Brasil Kirin (Schincariol)/Itaim Mirim/Bairro Matadouro/Vila Progresso/Chácaras Bandeirantes/ Dona Tonica/Santa Luzia/Jardim Estância Bom Viver/ Porto Seguro/Lageado/Chácaras Reunidas Ipê	0,530
Sete Quedas/Alcolea/Itaim/Residencial Bothanica/Jardim Brasília/Estância Verde	0,530

UDHs com maior IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Campolim/Jardim Emília/Jardim Santa Fé/Jardim Portal da Colina/Jardim Judith/Jardim Faculdade/Condomínio Isaura	0,981
Centro/Jardim Vergueiro	0,981
Alto da Boa Vista	0,981
Granja Olga	0,981
Jardim Santa Rosália: Centro de Integração Comunitário Walter Ribeiro	0,981
Residencial Villa dos Ingleses/Vila do Bosque/Vila Rica/Condomínio Giardino de Ravello/Residencial de Parma/Bertanha	0,981
Condomínio Villa Real Park/Mont Blanc Residencial/Residencial Guiverny/Village Salerno/Tivoli /Condomínio Sunset/Condomínio Vizion Ville/Palácio San Marco/Parque Campolim	0,981

UDHs com menor IDHM Renda	
UDH	IDHM-R
Vila Jardim Nova Esperança/Vila Barão	0,639
Jardim Ipiranga (Lilu)/Parque do Ipiranga	0,639
Jardim Francini/Jardim Tupinambá	0,639
Jardim Wanel Ville V/Villagio Milano/Condomínio Terra Nova/Bairro Lopes de Oliveira/Estrada do Ipatinga	0,639
Ana Paula Heleutério (Habiteto)	0,639
Laranjeiras/Carmo	0,639
Laranjeiras: Área Verde	0,639

Ficha técnica

IDHM

O IDHM é obtido pela média geométrica dos três subíndices das dimensões que compõem o índice: longevidade, educação e renda.

Dimensão Longevidade

Vida longa e saudável

No IDHM, essa dimensão é medida pela esperança de vida ao nascer.



O que compõe a dimensão Longevidade do IDHM?

A dimensão Longevidade do IDHM considera a esperança de vida ao nascer, ou seja, o número médio de anos que as pessoas que residem em determinado lugar – município, Unidade Federativa (UF), Região Metropolitana (RM) ou Unidade de Desenvolvimento Humano (UDH) – viveriam a partir do nascimento, mantidos os mesmos padrões de mortalidade observados em cada período.



O que mede esse indicador?

A esperança de vida ao nascer pode ser considerada como indicador de longevidade, pois sintetiza, em um único número, o nível e a estrutura de mortalidade de uma população.



Por que este indicador?

A esperança de vida ao nascer sintetiza as condições sociais, de saúde e de salubridade – de uma população ao considerar as taxas de mortalidade em suas diferentes faixas etárias. Todas as causas de morte são contempladas para se chegar ao indicador, tanto doenças quanto causas externas, tais como violência e acidentes.



Como é calculado este indicador?

Os indicadores propostos para o bloco demográfico do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil – incluindo a esperança de vida ao nascer – não podem ser obtidos diretamente das informações dos Censos Demográficos, recorrendo-se, então, a técnicas indiretas para sua obtenção. Foram utilizados os métodos desenvolvidos por William Brass (1968), tanto a técnica de mortalidade infanto-juvenil para os indicadores de longevidade e mortalidade, como a técnica para o cálculo da estimativa da taxa de fecundidade total. Entretanto, deve-se destacar que essas técnicas necessitaram de algumas adaptações para serem aplicadas em níveis espaciais com baixos volumes populacionais, como em muitos municípios ou áreas intramunicipais. Essa adaptação foi feita pelo professor José Alberto Magno de Carvalho, do Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional (Cedeplar), da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Além disso, essa metodologia, para ser aplicada, necessita de uma função de mortalidade padrão. O ideal seria que fosse conhecido o padrão de mortalidade de cada população em questão. Quando este não é conhecido, lança-se mão ou de tábuas-modelo de mortalidade ou de uma tábua de mortalidade de uma determinada população cujo padrão de mortalidade é considerado semelhante ao da população em estudo. No caso específico do cálculo para os municípios e UDHs brasileiras, foram utilizadas, como padrão, tábuas geradas para níveis de agregação de seus respectivos estados. Para os anos de 1991 e 2000, tomaram-se como padrão de mortalidade tábuas desenvolvidas pelo próprio Cedeplar para os estados brasileiros, tendo como fonte o Censo Demográfico de 1991 e as Pesquisas Nacionais por Amostra de Domicílio (PNAD), da década de 90. Para o ano de 2010, adotaram-se também tábuas estimadas pelo Cedeplar, mas que já incorporam, em seus cálculos, resultados do Censo Demográfico de 2010.



Limitações

A principal limitação para o uso deste indicador decorre do fato de não serem conhecidos os padrões de mortalidade dos recortes espaciais que, para tanto, deveriam dispor de estatísticas vitais fidedignas. Essa lacuna foi preenchida, tanto no caso dos municípios como no caso das UDHs, adotando-se o padrão de mortalidade de seu estado, determinado pelas tabelas de sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das Unidades da Federação. Reconhece-se que esse é um pressuposto não trivial. As mesmas disparidades apontadas pelas Tabelas de Sobrevivência, desenvolvidas pelo Cedeplar/UFMG, para cada uma das unidades federativas.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

Para a dimensão Longevidade, o IDHM considera o mesmo indicador que o IDH Global.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.

Desde 1970, as tabulações dos Censos Demográficos permitem a utilização da técnica de Brass de estimação, ao fornecer as informações necessárias para o cálculo dos indicadores de fecundidade - nascidos vivos durante os 12 meses anteriores à data do Censo (fecundidade corrente) e total de nascidos vivos (fecundidade retrospectiva ou parturição) – e de mortalidade – total de filhos nascidos vivos e total de filhos na data do Censo – por faixa etária das mulheres.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Longevidade do IDHM

Dois blocos de indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano no Brasil podem ser utilizados na avaliação das condições de saúde. O primeiro bloco, composto de indicadores de longevidade e mortalidade, inclui a taxa de mortalidade infantil, as probabilidades de morte até 5, 40 e 60 anos de idade e a esperança de vida ao nascer. O segundo bloco é composto pela taxa de fecundidade total. A taxa de mortalidade infantil traduz o impacto das condições socioeconômicas da área geográfica de referência do recém-nascido. Quanto mais desenvolvida for uma região, mais a mortalidade infantil se relaciona a causas endógenas, determinadas pelos riscos de mortalidade neonatal (primeiros 28 dias de vida). Nas regiões menos desenvolvidas, além das causas endógenas, acrescentam-se, de forma determinante, as causas exógenas, entre elas a desnutrição e as doenças infecciosas e respiratórias. As probabilidades de morte espelham privações em distintas etapas da vida, em que diferentes causas atuam negativamente. O comportamento da taxa de fecundidade total vincula-se às transformações vivenciadas pela população brasileira na chamada “transição demográfica”, na qual a rápida queda dos níveis de fecundidade determinou o volume populacional e a nova configuração nacional em termos de estrutura etária.



Como é o cálculo da dimensão Longevidade do IDHM

O processo utilizado para transformar o indicador *esperança de vida ao nascer*, cuja unidade é “anos de vida”, em Índice de Longevidade, foi o da escolha de parâmetros máximos e mínimos que normalizassem o indicador através da fórmula: $I = (\text{valor observado} - \text{valor mínimo}) / (\text{valor máximo} - \text{valor mínimo})$.

Foram adotados os mesmos valores máximo e mínimo adotados pelo IDHM em suas edições anteriores:

- Máximo: 85 anos
- Mínimo: 25 anos

Assim, se um município, UF, região metropolitana ou UDH tem uma esperança de vida ao nascer de 70 anos, seu IDHM Longevidade será: $(70 - 25) / (85 - 25) = 45 / 60 \Rightarrow \text{IDHM Longevidade} = 0,750$.

Dimensão Educação

Acesso ao conhecimento

No IDHM, essa dimensão é medida pela escolaridade da população adulta e pelo fluxo escolar da população jovem.



O que compõe a dimensão Educação do IDHM?

A dimensão Educação do IDHM é uma composição de indicadores de escolaridade da população adulta e de fluxo escolar da população jovem.



O que medem esses indicadores?

A **escolaridade da população adulta** é medida pelo percentual da população de 18 anos ou mais de idade com o ensino fundamental completo.

O **fluxo escolar da população jovem** é medido pela média aritmética (1) do percentual de crianças de 5 a 6 anos frequentando a escola; (2) do percentual de jovens de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental regular; (3) do percentual de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo; e (4) do percentual de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.



Por que estes indicadores?

A **escolaridade da população adulta** reflete o funcionamento do sistema educacional em períodos passados e considera que a população adulta brasileira deveria ter completado, pelo menos, o ensino fundamental em sua passagem pelo sistema educacional.

Os indicadores do **fluxo escolar da população jovem** acompanham a população em idade escolar em quatro momentos importantes da sua formação: entrada no sistema educacional, finalização do primeiro ciclo do ensino fundamental (neste caso, é captado somente o ensino regular) e conclusão do ensino fundamental e do ensino médio. Os indicadores medem a adequação idade-série desse fluxo, pressupondo que as crianças, ao menos a partir dos 5 anos de idade, precisam já estar na escola; que as crianças de 12 anos precisam estar nos anos finais do ensino fundamental; que os jovens de 16 anos precisam ter concluído o ensino fundamental; e que os jovens de 19 anos precisam ter concluído o ensino médio. A expansão dessas faixas etárias no cálculo do indicador se dá por questões amostrais e estatísticas.



Como são calculados estes indicadores?

Os indicadores são obtidos a partir das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico.



Limitações

A medida da educação da população jovem não inclui toda a população em idade escolar e frequentando a escola, captando apenas determinados momentos da passagem da população jovem pelo sistema educacional. Além disso, no caso do indicador que envolve definição de série, “anos finais do fundamental”, capta apenas o ensino regular. Também adota, por questões amostrais e estatísticas, faixas etárias ampliadas daquela faixa etária ideal: 12 anos nos anos finais do fundamental, 16 anos com ensino fundamental completo, e 19 anos com ensino médio completo.

A medida da educação da população adulta limita a avaliação desta população àqueles que completaram o ensino fundamental, não incluindo aqueles que tiveram alguma passagem pelo sistema educacional sem completar ciclos. Também pressupõe como suficiente o ensino fundamental completo, quando já se considera como básico o ensino médio completo.



Peso das variáveis

Escolaridade da população adulta – Peso 1

Fluxo escolar da população jovem – Peso 2



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

Assim como o IDH Global, o IDHM na dimensão Educação é composto por um indicador que fornece informação sobre a situação educacional da população adulta e um referente à população em idade escolar. Entretanto, as variáveis são outras.

No caso da população adulta, não há no Censo Demográfico de 2010 a informação da média de anos de estudo das pessoas de 25 anos ou mais, indicador utilizado no IDH Global. Assim, foi feita uma adaptação da variável, adotando-se a proporção da população de 18 anos ou mais que concluiu o ensino fundamental.

No caso da população jovem, a metodologia aplicada pelo IDH Global a partir de 2010 – os anos esperados de escolaridade – é uma medida de retenção das pessoas na escola, independentemente da repetência, o que não se aplica para o caso brasileiro, já que o desafio atual da educação no país é a qualidade do ensino e a adequação do fluxo escolar, mais que a entrada e a permanência no sistema. Também inclui educação superior, o que não se aplica ao caso brasileiro. No IDH Global, os anos esperados de escolaridade consideram a frequência escolar da população do nível primário ao ensino superior. Enquanto isso, no IDHM considera-se a frequência da população que deveria estar frequentando a escola até o nível básico.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Educação do IDHM

Além dos cinco indicadores que compõem o IDHM Educação, o Atlas apresenta outros indicadores, que permitem uma visão mais completa e detalhada da situação local nesta dimensão, abordando, para faixas etárias diferenciadas, os temas: analfabetismo, grau de escolaridade (fundamental completo, médio completo, superior completo) e frequência escolar (frequência bruta, líquida, atraso escolar). O Atlas também apresenta o indicador Expectativa de anos de estudo, que é uma adaptação metodológica da métrica usada no IDH Global, mas considerando 12 anos como máximo de anos de estudos da educação formal (ensino básico) e ajustando estes valores para repetência. Ou seja, considera apenas a adequação da frequência escolar até os 18 anos de idade. No caso de um fluxo escolar ideal, em que todas as pessoas ingressam aos 6 anos no ensino fundamental e não há repetência ou abandono ao longo do ensino básico, esse indicador assumiria o valor de 12 anos.



Como é o cálculo da dimensão Educação do IDHM?

Considerando-se que as taxas de frequência e de conclusão variam entre 0% e 100% e que os valores mínimo e máximo escolhidos são também 0% e 100%, para “convertê-las” em um índice variando de 0 a 1, basta dividir a taxa por 100.

Assim, se um determinado lugar tem:

- 65% de sua população adulta (18 anos ou mais) com ensino fundamental completo;
- 85% de crianças de 5 a 6 anos na escola;
- 80% de crianças de 11 a 13 nos anos finais do ensino fundamental;
- 70% de crianças de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo;
- 50% de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo.
- Seu **índice de escolaridade da população adulta** será 0,650.

Seu **índice de fluxo escolar da população jovem** será a média aritmética dos subíndices referentes aos 4 indicadores, com peso igual = (0,850+0,800+0,700+0,500) /4 = 0,712

Seu **IDHM Educação** será a média geométrica desses dois índices, com peso 1 para o índice de escolaridade e peso 2 para o índice de fluxo = $\sqrt[3]{0,650 * 0,712 * 0,712} = 0,691$

Dimensão Renda

Padrão de vida

No IDHM, essa dimensão é medida pela renda mensal *per capita*.



O que compõe a dimensão Renda do IDHM?

A dimensão Renda do IDHM considera a renda *per capita* da população, ou seja, a renda média mensal dos indivíduos residentes em determinado lugar (município, UF, região metropolitana ou UDH), expressa em reais de 1º de agosto de 2010.



O que mede o indicador?

A renda *per capita* mede a capacidade média de aquisição de bens e serviços por parte dos habitantes do lugar de referência.



Por que este indicador?

Esse é um indicador da capacidade dos habitantes de um determinado lugar de garantir um padrão de vida capaz de assegurar suas necessidades básicas, como água, alimento e moradia.



Como é calculado o indicador?

Os valores são obtidos das respostas ao questionário da amostra do Censo Demográfico. O indicador corresponde à razão entre o somatório de todos os rendimentos de todos os indivíduos residentes no lugar de referência, recebidos no mês anterior à data do Censo, e o número total desses indivíduos. Os valores dos rendimentos apurados a partir do Censo Demográfico de 1991 e 2000, em cruzeiros de 1º de setembro de 1991 e em reais de 1º de agosto de 2000, foram convertidos em reais constantes de 1º de agosto de 2010 (data de referência do Censo de 2010). Para isso, foi utilizada a série do Índice Nacional de Preços do Consumidor (INPC) do IBGE (convertida em uma série centrada no primeiro dia de cada mês) mas, considerando-se que essa série subestimou em 22,25% a inflação em julho/1994, aplicou-se, a partir dessa data, um fator corretor de 1,2225.



Limitações

A grande limitação desse indicador é não considerar a desigualdade de renda entre os habitantes da área de referência. Assim, um município, por exemplo, pode apresentar uma elevada renda *per capita*, mas, ao mesmo tempo, pode ter uma grande parcela de sua população vivendo na pobreza.



Peso das variáveis

Apenas uma variável com peso 1 no cômputo geral do índice.



Comparação e ajustes a partir do IDH Global

O Produto Interno Bruto (PIB) é o valor agregado na produção de todos os bens e serviços ao longo de um ano dentro de determinada fronteira. O PIB *per capita* é a divisão desse valor pela população do país e foi o indicador usado pelo PNUD, mundialmente, para o cálculo do IDH dos países e dos estados até 2010. Em 2010, esse indicador foi substituído pela RNB (Renda Nacional Bruta) *per capita*.

Na avaliação da renda dos habitantes de um município ou de uma UDH, o uso do PIB per capita torna-se inadequado ou indisponível (no caso das UDHs), pois, nem toda a renda gerada pela produção dentro da área geográfica de referência é apropriada pela população residente (e vice-versa). Por outro lado, não há estatísticas municipais ou intramunicipais para a RNB *per capita*. A alternativa adotada é o cálculo da renda *per capita* de cada lugar, auferida a partir do Censo Demográfico.



Fonte da informação

Censo Demográfico do IBGE.



Indicadores de suporte à análise da dimensão Renda do IDHM

Além da renda *per capita* municipal, o Atlas inclui, como suporte à análise dessa dimensão, diversos indicadores de desigualdade de renda (renda *per capita* por quinto da população, razão entre a renda *per capita* dos 10% e dos 20% mais ricos e a renda *per capita* dos 40% mais pobres, índices de Gini e de Theil) e de pobreza (considerando 3 linhas de pobreza – R\$ 70, R\$ 140 e R\$ 255). Para o cálculo desses indicadores, adota-se a renda domiciliar *per capita*, tomando-se como pressuposto que, em um mesmo domicílio, todas as pessoas têm o mesmo rendimento.



Como é o cálculo da dimensão Renda do IDHM

Para o cálculo da dimensão Renda do IDHM, aplica-se a fórmula:

$$\text{IDHM-R} = [\ln(\text{renda per capita do local de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})] / [\ln(\text{valor máximo de referência}) - \ln(\text{valor mínimo de referência})]$$

A aplicação do logaritmo na fórmula aproxima os maiores valores de renda *per capita* dos menores e, com isso, reduz a desigualdade de renda existente. Mas esse procedimento considera que, à medida que a renda *per capita* se eleva, o retorno desse acréscimo de renda, em termos de desenvolvimento humano, diminui.

- Máximo: R\$ 4.033,00 – corresponde ao valor da menor renda *per capita* entre os 10% mais ricos residentes na UF com maior renda média do país no período analisado, o Distrito Federal.
- Mínimo: R\$ 8,00 – corresponde a aproximadamente US\$100 PPC, limite adotado para o cálculo do IDH Global.

Assim, por exemplo, para um município com renda *per capita* de R\$ 827,35, o cálculo ficaria assim:

$$\text{IDHM-R} = (\ln 827,35 - \ln 8,00) / (\ln 4033,00 - \ln 8,00) \Rightarrow \text{IDHMR} = 0,745.$$

Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH)



Obtenção dos dados

Apesar de coletado em nível de domicílios e de pessoas, os dados dos Censos somente são liberados agregados, para evitar a exposição de informações personalizadas. No caso das informações constantes no questionário aplicado no universo dos domicílios, os dados estão disponíveis para os setores censitários. Já no caso do questionário da amostra, do qual o Atlas retira a maior parte de seus indicadores, os dados estão disponíveis apenas para as áreas de ponderação.

Para obter o acesso aos dados do questionário da amostra para recortes espaciais diferentes daqueles correspondentes às áreas de ponderação, os usuários devem submeter um projeto com a proposta da nova agregação para avaliação do IBGE, observando as exigências de confiabilidade estatística e obedecendo a critérios que serão rigorosamente avaliados por um comitê técnico. Entre os parâmetros avaliados pelo comitê, destaca-se, em especial, a exigência de que as áreas criadas devem ter, pelo menos, 400 domicílios particulares permanentes amostrados.

Uma vez aprovado o projeto com a criação de novos recortes espaciais para extração de dados, os usuários utilizam uma sala especial disponibilizada pelo IBGE, a chamada “sala de sigilo”, em que têm acesso aos microdados dos Censos segundo sua agregação espacial. Os resultados agregados obtidos a partir dos microdados passam ainda pela avaliação de consistência pelo IBGE antes de serem finalmente liberados ao usuário.

O processo, acima descrito, descreve os procedimentos observados pela equipe do projeto para obtenção dos indicadores do Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas, no caso dos recortes espaciais chamados de Unidades de Desenvolvimento Humano (UDH).

O que é um setor censitário?

O **setor censitário** é constituído de áreas contíguas, delimitadas para atender aos parâmetros da coleta e para controle cadastral. Situa-se em um único quadro urbano ou rural e o número de domicílios nele contidos e sua dimensão territorial são definidos de forma a permitir o levantamento das informações por um único recenseador. É definido em função da rota do recenseador, obedecendo a barreiras físicas e à lógica dos logradouros. Sua configuração assemelha-se às rotas dos leituristas de relógio de água, de energia elétrica, de endereçamento postal ou de coleta de lixo (normalmente quarteirões em centros urbanos, prédios muito grandes, etc). Com isso, tende a ser mais homogêneo nas áreas de maior densidade populacional e menos nas mais rarefeitas.

O que é uma área de ponderação?

A **área de ponderação**, por seu turno, é uma unidade geográfica formada por um agrupamento de setores censitários contíguos, para a aplicação dos procedimentos de calibração das estimativas obtidas com a amostra com as informações conhecidas para a população como um todo.



Critérios para a divisão das UDHS

As UDHS foram delineadas buscando gerar áreas mais homogêneas, do ponto de vista das condições socioeconômicas, do que as áreas de ponderação do IBGE. Ou seja, elas são construídas com o objetivo de melhor captar a diversidade de situações relacionadas com o desenvolvimento humano que ocorre no interior dos espaços intrametropolitanos, notadamente em seus grandes municípios, para desvendar o que é escondido pelas médias municipais agregadas, como apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano nos Municípios.

Enquanto a lógica das áreas de ponderação do IBGE atende a quesitos técnicos relacionados ao processo de coleta e amostragem, as UDHS estão voltadas para a análise espacial das Regiões Metropolitanas (RM), por meio de recortes espaciais de maior homogeneidade socioeconômica, com o objetivo de retratar as desigualdades intrametropolitanas de forma mais contundente.

Para se propor esses novos recortes espaciais para a análise e aprovação do IBGE, não foi utilizado nenhum modelo econométrico que pudesse ser aplicado para gerar a conformação das UDHS em todas as RMs do país. As características da vida urbano/metropolitana levam a conformações socioespaciais muito diversas e a homogeneidade obtida por meio da variável A ou B não necessariamente seria igual (ou delinear a mesma área) se medida por uma segunda variável, considerando-se, ainda, que os próprios setores censitários já trazem consigo algum nível de heterogeneidade. E cada lugar tem a sua morfologia e sua história de ocupação do espaço urbano.

Assim, para além das possibilidades associadas à análise das variáveis disponíveis para todos os setores censitários (que poderia ser contemplada por algum modelo econométrico), diversas situações que alteram os dados dos setores censitários (tal como a existência de um único condomínio vertical que altera a média dos dados de um setor censitário) e características da ocupação urbana (tais como idade e perfil dos assentamentos), podem não ser captadas, por exemplo, pela variável renda, e podem interferir nos indicadores sociodemográficos das UDHS. Isto fez com que fosse necessário construir a proposta das UDHS em cada RM de modo “customizado”, atentando-se para as especificidades de cada espaço metropolitano considerado.



Validação local

No processo de delimitação das UDHS, foi necessário contar com o conhecimento e a colaboração técnica de instituições e pesquisadores de todas as RMs abrangidas pelo Atlas, para que eles pudessem, a partir de uma base de informações socioeconômicas em nível de setores censitários (foram disponibilizadas informações do censo-universo como renda, número de banheiros dos domicílios, entre outras), propor a configuração de recortes espaciais intrametropolitanos mais homogêneos que atendessem às exigências técnicas do IBGE.

Além disso, essas novas unidades espaciais deveriam ser reconhecidas, inclusive, por denominações já utilizadas pela população. Na medida do possível, tais unidades se constituiriam em agregações de setores censitários que apresentariam áreas contíguas, visando facilitar sua nomenclatura e reconhecimento.

A construção das UDHS, portanto, foi um trabalho que exigiu a articulação de um conjunto expressivo de parceiros (articulados por meio da Plataforma Ipea de Pesquisa em Rede – Rede Ipea). Os parceiros deveriam propor a configuração desses espaços intrametropolitanos, respeitando os critérios e exigências do IBGE, os quais deveriam ser os mais homogêneos possíveis, em termos socioeconômicos (homogeneidade), contíguos (contiguidade) e que fossem reconhecidos por parte da população residente (identidade).



Limitações

No processo de construção das novas agregações que viriam a conformar as UDHS, observou-se que, em diversos casos, tornava-se difícil atender ao critério de um mínimo de 400 domicílios particulares permanentes amostrados e, simultaneamente, observar o critério da homogeneidade socioeconômica.

Considerando esse problema técnico-metodológico, procedeu-se a uma agregação de áreas descontínuas que guardassem semelhanças entre si, segundo os aspectos descritos inicialmente, e que também pudessem ser reconhecidas, independentemente do tamanho. Este processo de agregação era implementado até atingir o tamanho mínimo dos 400 domicílios particulares permanentes amostrados. Tal procedimento se justifica, por exemplo, quando se registram pequenas vilas/favelas incrustadas em bairros de alta renda, ou inversamente, quando existem condomínios de luxo incrustados em bairros de população de baixa renda ou de características domiciliares muito distintas.

Ao final, é como se fossem geradas novas áreas de ponderação com maior homogeneidade socioeconômica, mas sem contiguidade espacial.

A limitação técnica, acima descrita, exigiu que a construção das UDHS obedecesse a duas etapas. Numa primeira etapa, os critérios de homogeneidade, contiguidade e identidade deveriam ser respeitados, sem, necessariamente, atender ao critério de conformar áreas com 400 domicílios particulares amostrados (ainda que isso fosse desejável).

O resultado desse recorte, proposto pela coordenação do Atlas e validado pelos parceiros da Rede Ipea, corresponde às UDHS tal como são apresentadas no Atlas do Desenvolvimento Humano nas Regiões Metropolitanas.

Em uma segunda etapa, foi necessário atender aos critérios e exigências do IBGE para extração dos dados do questionário da amostra (censo-amostra). Isso implicou na necessidade de agregar UDHS homogêneas em termos socioeconômicos e de perfis de ocupação urbana, para atender aos critérios definidos para extração de dados. Dessa forma, os dados constantes no Atlas expressam os dados médios das UDHS que foram agregadas para fins da extração dos dados no IBGE. Ou seja, se uma UDH constante no Atlas não atendia às exigências técnicas impostas pelo IBGE, os dados apresentados para esta UDH não são exclusivos dela, mas são resultados médios relativos à UDH em questão e a outras UDHS homogêneas que também apresentavam esta limitação técnica e que foram agregadas para fins de extração dos dados. Assim, UDHS cujos dados foram obtidos em conjunto compartilham os mesmos indicadores, exceto no caso daqueles que têm origem no censo-universo (como população e analfabetismo).

Outra observação importante sobre a construção das UDHS diz respeito aos municípios pequenos que fazem parte de RMs. Quando o município apresenta uma população pequena, em geral, com apenas uma única área de ponderação, ele também corresponde a uma única UDH. Dessa forma, seus indicadores correspondem àqueles observados para o município como um todo, dada a impossibilidade de se fazer uma divisão do seu espaço, ainda que se reconheça a existência de desigualdades socioespaciais em seu território.



Divisão regional

Na construção das UDHS que aparecem no Atlas e na eventual agregação de UDHS para fins de extração dos dados da amostra, nos municípios em que havia recortes regionais compatíveis com a malha dos setores censitários do Censo Demográfico 2010, esses recortes foram respeitados, de modo que os indicadores estão disponíveis para níveis territoriais (Regiões Administrativas, regionais, distritos, subprefeituras etc.) intermediários, inframunicipais, que são agregações das UDHS que compõem essas escalas.



Fonte da informação

Censos Demográficos do IBGE.



Instituto de Pesquisa
Econômica Aplicada

MINISTÉRIO DO
PLANEJAMENTO,
DESENVOLVIMENTO E GESTÃO



www.atlasbrasil.org.br